



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CLEVERSON GONÇALVES

**NA TERRA E NA SERRA DA CHACINA:
MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E INVISIBILIDADES NO
CENTRO DO PARANÁ**

Londrina
2017

CLEVERSON GONÇALVES

**NA TERRA E NA SERRA DA CHACINA:
MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E INVISIBILIDADES NO
CENTRO DO PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga.

Londrina
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Gonçalves, Cleverson .

NA TERRA E NA SERRA DA CHACINA: MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E INVISIBILIDADES NO CENTRO DO PARANÁ / Cleverson Gonçalves. - Londrina, 2017. 104 f. : il.

Orientador: Nilson Cesar Fraga.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Região Centro do Paraná - Tese. 2. Pitanga, PR - Tese. 3. Território - Tese. 4. Formação Sócio-espacial - Tese. I. Fraga, Nilson Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CLEVERSON GONÇALVES

**NA TERRA E NA SERRA DA CHACINA:
MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E INVISIBILIDADES NO CENTRO
DO PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dra. Eliane Tomiasi Paulino
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dra. Márcia da Silva
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Londrina, 26 de maio de 2017.

Dedico esse trabalho, *in memoriam*, de
Fabia Sowa Koziel.

AGRADECIMENTOS

Talvés esse seja o momento mais difícil e perturbador do trabalho, é o momento onde posso ser extremamente feliz e infeliz ao mesmo tempo, onde posso magoar alguém, mas também posso criar um sorriso no rosto de outros.

Espero que ao ler esses agradecimentos, pensem em seus verdadeiros amigos e em sua família, pois esses nunca te abandonam.

Este trabalho é fruto de uma curiosidade que vem desde minha infância, recordo da minha avó materna e de minha mãe comentando da “guerra dos índios” e de quando “eles colocaram fogo na igreja matriz, e de matarem uma família, cortar a barriga da mulher grávida e por o bebê exposto em uma lança”, isso ficou em minha mente por anos, e foi na graduação que despertou em mim a curiosidade de compreender todo esse ocorrido de forma mais profunda, e aqui estamos, vendo que esse fato conflituoso é muito mais profundo, mas assim eu fico extremamente agradecido à minha avó e à minha mãe por terem me relatado desde essas histórias desde que eu era uma criança.

Assim, também quero incluir meu pai no agradecimento, ele, assim como minha mãe, que sempre fizeram de tudo para que meus irmãos e eu pudéssemos estudar o máximo possível. Continuo no mesmo parágrafo para agradecer aos meus irmãos (Alessandra, Cleiton e Jonatas), sobrinhos (Lucas e Júlia), cunhado (Jefferson), tias (os) e primas (os) mais próximos (não colocarei nomes para evitar confusões, mas todos sabem quem são), vocês que mesmo longe sempre me deram maior apoio por redes sociais e telefonemas. Meu muito obrigado a todos.

Também devo lembrar (mas não citar) de todos os meus amigos, desde aqueles que tenho memórias desde quando eu era criança, e que passaram a vida toda comigo, até os adquiridos no colegial, na graduação, na pós graduação até aqueles que fiz no ambiente de trabalho. Valeu pessoal.

Um parágrafo inteiro para agradecer a minha amiga/collega de trabalho e festas, Luciana Bataglia (Lú), que me ajudou (muito) na correção dessa dissertação.

Nesse momento me mantenho mais sério, devido ao agradecimento ser voltado aos meus docentes, desde a minha primeira professora, a "tia" Otília até o meu orientador de mestrado, o professor Doutor Nilson Cesar Fraga, e a esse, o maior agradecimento, pois foi ele quem mais acompanhou e colaborou no processo de construção desse trabalho.

Obrigado também ao Lucas Zimerman que foi o motorista e guia nos trabalhos de campo, e que acompanhou toda a angústia, a agonia e medos que a pós graduação nos gera, mas que sempre colaborou com o máximo que poderia. Também menciono a Ágata e o Mendoim que me fizeram companhia praticamente todo o tempo de estudo.

E quase finalizando agradeço às pessoas que concederam as entrevistas, e aquelas que permitiram a entrada em suas propriedades para a realização dos trabalhos de campo, sem vocês esse trabalho não existiria.

— Chegaram atirando. Muita gente atirando. E quem estava junto mandava atirar. Nós saímos correndo para salvar a vida e nos escondemos nas barrocas, depois que serenou eu voltei para pegar nossas panelinhas. Senão como a gente ia cozinhar, pensei. O toldo estava queimado e eles tinham levado minhas panelinhas
Eu sei quem levou as minhas panelinhas. O mesmo que mandava atirar.

Inspirado nessa fala de uma índia cesteira, e que presenciou a Chacina dos Pitanga, Barthelmeess poetizou:

A DANÇA DAS PANELINHAS

Foi nos longes anos vinte que se deu esta história
(era eu mui pequeno mas já tinha boa memória)

tem o rio da Borboleta
que roncando desce a Serra
mora índio nesse rio
caingangue bom de guerra

branco veio pra tirar
uma cisma da indiada
trouxe gente paraguaia
trouxe gente bem armada

terminada a refrega
caingangue retirou-se
perdeu tudo e muitas vidas
(as panelas sei quem trouxe)

gente muito fazendeira
mas morando na cidade
(pra calar a minha boca
tenho já bastante idade)

ralas quinze panelinhas
e fajuta fundição
todas pretas de fuligem
e de sica de pinhão

Artur Barthelmeess (1990)

GONÇALVES, Cleverson. **Na terra e na serra da chacina: mudanças, permanências e invisibilidades no Centro do Paraná.** 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RESUMO

A Região Centro do Paraná é tida hoje como um bolsão de pobreza no Sul brasileiro, seu processo de Formação Sócio-espacial é marcado por conflitos ocorridos por questões territoriais, principalmente envolvidas por questões de terras. O objetivo desse trabalho é analisar o processo de formação sócio-espacial dessa região, e também avaliar de como esse mesmo processo contribui com os atuais índices sociais e econômicos regional. A gênese da população regional ainda hoje é vista como fruto da chegada de colonos europeus desde o final do século XIX até a metade do século XX, antes disso era tida como um espaço vazio, sem vidas e sem pessoas, entretanto buscou-se desmistificar isso, através de resgates bibliográficos, documentais e também por meio de entrevistas; buscou-se analisar o processo de formação regional de uma forma mais profunda, assim, chegou-se a consideração de que a região é habitada no mínimo a 10 mil anos por povos indígenas e por caboclos desde o século XVI. Dentro deste escopo, cabe considerar que os processos conflituosos que tem-se registrado por meios documentais e também por memórias coletivas iniciaram com a chegada dos colonos europeus, esses motivados pelos bens naturais que a região apresenta, tais como araucárias, erva mate, e também um rico solo. Atualmente a região tem como herança desse processo de construção sócio-espacial altamente desigual os mais baixos índices sociais do estado do Paraná, com uma ampla concentração fundiária, um grande número de pessoas pobres e extremamente pobres, e com baixos investimentos do setor público, entretanto, melhoras significativas vinham ocorrendo por meio de políticas públicas federais de cunho social, mas que, de certa forma, começaram a ser desmontadas nos últimos anos. Assim, para que a região supere essa herança há que ter um verdadeiro investimento em políticas públicas de geração de renda, trabalho e riqueza na perspectiva do desenvolvimento local (e regional), além, é claro, de uma reforma agrária, urgente, na Região Centro do Paraná, pois, inquestionavelmente, os problemas da terra se avolumam historicamente.

Palavras-chave: Região Centro do Paraná. Pitanga, PR. Formação Sócio-espacial. Território. Conflito.

GONÇALVES, Cleverson. **In the land, in the slaughter mountains: changes, permanences and invisibilities in the Center of Paraná state.** 2017. 104 p. Dissertation (Master's degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ABSTRACT

The Central Region of Paraná states is considered as an area of poverty in the South of Brazil, its Socio-Spatial Formation process is marked by conflicts that occur due to territorial issues, mainly involved by land issues. The objective of this dissertation is to analyze the socio-spatial formation process of this region, and also to evaluate how this same process contributes to the current regional social and economic indexes. The genesis of the regional population is still today seen as a result of the arrival of European settlers from the late nineteenth century to the mid-twentieth century, before it was seen as an empty space, without lives and without people, but sought to demystify this , Through bibliographical, documentary and also through interviews; It was sought to analyze the process of regional formation in a deeper way, thus, the consideration was reached that the region is inhabited at least 10,000 years by indigenous peoples and caboclos since the 16th century. Within this scope, it should be considered that the conflicting processes that have been recorded by documentary means and also by collective memories began with the arrival of the European settlers, those motivated by the natural riches of the region, such as pines of araucarias, mate grass, and also A rich soil. Currently, the region inherits from this unequal socio-spatial formation process the lowest social indexes in the state of Paraná, with a large concentration of land, a large number of poor and extremely poor people, and with low public sector investments, Significant improvements were occurring through the creation of federal public policies of a social nature but which began to be dismantled in recent years. Thus, in order for the region to overcome this inheritance, it is necessary to have a real investment in public policies to generate income, work and wealth in the perspective of local (and regional) development, and, of course, an urgent agrarian reform in the Region Center of Paraná, because, unquestionably, the problems of the earth have increased historically.

Keywords: Region Center of Paraná states. Pitanga city. Socio-Spatial Formation Territory. Conflict.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INCRA	Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCPR	Região Centro do Paraná

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização da Região Centro do Paraná	10
Figura 2: Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa.....	16
Figura 3: Reduções Jesuíticas no Paraná Espanhol	49
Figura 4: Gravuras no Basalto, realizado por indígenas e europeus.....	52
Figura 5: Primeira Igreja Ucraniana Ortodoxa de Pitanga, no ano de 1933.	55
Figura 6: Apresentação artística na escola da Comunidade da Limeira.....	60
Figura 7: Criação de Porcos em Pitanga.	62
Figura 8: Periferia do município de Pitanga.....	77
Figura 9: Periferia do município de Pitanga.....	78
Figura 10: Periferia do município de Pitanga.....	78
Figura 11: Moradias no meio rural do município de Pitanga.....	85
Figura 12: Moradia no meio rural de Pitanga.....	85
Figura 13: Vista panorâmica da cidade de Pitanga	92
Figura 14: Placa de apresentação da praça Largo dos Pioneiros.	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução dos Índices de desenvolvimento humano regional	72
Tabela 2: Índices de pobreza e de extrema pobreza na RCPR, 1991 à 2010.	76
Tabela 3: Índice de analfabetismo na RCPR entre 1991 e 2010.	79
Tabela 4: Renda Per Capta por municípios de 1991 a 2010.....	81
Tabela 5: Famílias no Cadastro Único e beneficiados pelo Bolsa Família no ano de 2016.	82
Tabela 6: A estrutura fundiária da RCPR (2016).....	87
Tabela 7: O preço da terra na RCPR no ano de 2016.	89
Tabela 8: Índices GINI da RCPR, de 1991 à 2010.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dados populacionais da Região Centro do Paraná, de 1970 à 2010	70
Gráfico 2: Repasses de verbas federais e estaduais na RCP, de 2004 à 2016.	74
Gráfico 3: Níveis de estudo na RCPR: 1991 - 2010.....	80
Gráfico 4: Índice de pobreza rural e urbana na RCPR no ano de 2010.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipos de Conflito.....	36
----------------------------------	----

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, TERRITÓRIO, REGIÃO E CONFLITO	21
2.1.	Formação Sócio-espacial, e seus avanços teóricos	22
2.2.	Território: Complexidades Conceituais.....	26
2.3.	A Região como identidade	31
2.4.	Conflito: poder, pobreza no rural e urbano.....	35
3.	FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO CENTRO DO PARANÁ E DE PITANGA.....	42
4.	REGIÃO CENTRO DO PARANÁ: O ESPELHO DO PASSADO	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
5.	Referências	100



Pioneiros em frente a primeira capela de Pitanga, 1933.
Fonte: Acervo da Câmara Municipal dos Vereadores de Pitanga, 2017.

1. INTRODUÇÃO

*Duro duro
Nestas plagas pelejar
Contra o FUTURO*
(Barthelme, 1990, p. 39)

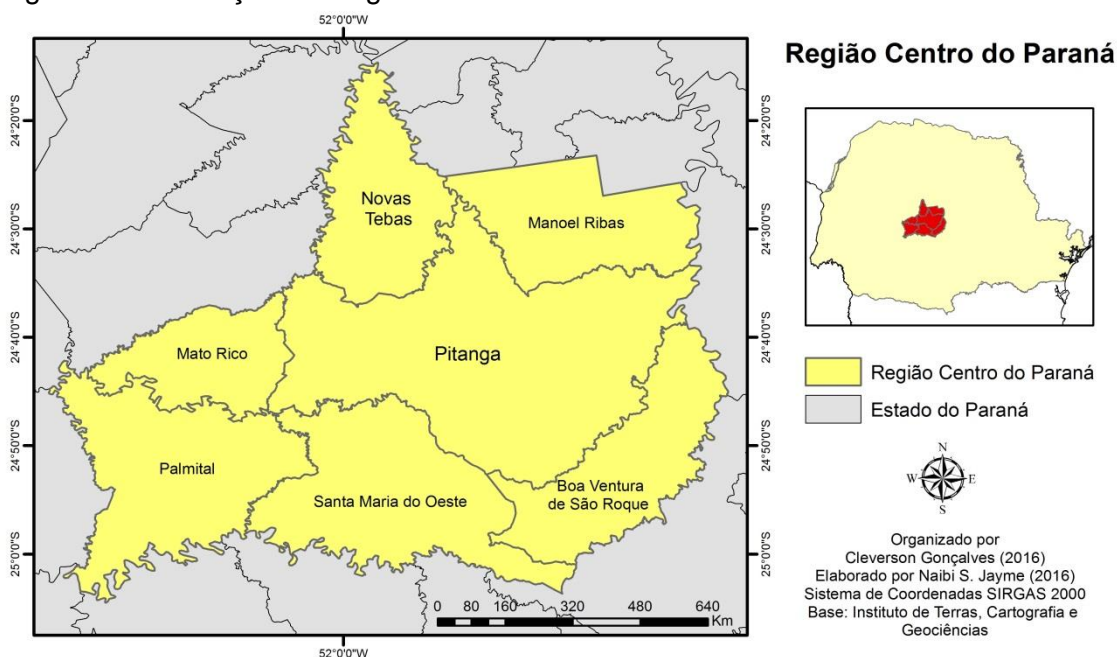
O processo de formação sócio-espacial permite, pela ciência geográfica, delinear o processo de organização territorial de uma determinada sociedade. As territorializações, assim como os artifícios desterritorializantes e reterritorializantes são fruto de dinâmicas eminentemente humanas, podendo se caracterizar por processo político-jurídicos, quando há forte ação do poder estatal, assim como por elementos humanos, culturais, econômicos e, até mesmo, por fatores naturais, ou naturalistas, como prega o debate sobre território na Geografia. Tais elementos estão contidos na organização sócio-espacial da região central do Paraná e, também, no município de Pitanga e sua microrregião de influência, isso se deve ao advento da ocupação europeia sobre as terras indígenas, tais elementos acabaram por desencadear a Chacina dos Kaingang, conhecida como Chacina de Pitanga, ela por si, epicentro da reorganização territorial posterior a 1923, num conflito que permanece até a atualidade, entre a sociedade envolvente e os Kaingang – a terra foi e vem sendo o elo de permanência do conflito sobre a região.

Nesse sentido, esse trabalho tem como principal objetivo caracterizar o processo de formação sócio-espacial da Região Centro Paraná (RCPR), (Figura 1) com destaque para Pitanga, e analisar os projetos de ocupação/colonização da região. Como objetivo específico evidenciar o papel dos indígenas e povos caboclos no contexto da colonização da região, assim como identificar suas repercussões nos dias atuais, para que se possa entender os elevados índices de desigualdade social que estão presentes, tanto em Pitanga, como em toda a região em questão.

Essa região tem como características os baixos índices de desenvolvimento humano, portanto, há altos níveis de pobreza entre a população e elevada concentração fundiária e de renda, não obstante, essa região é historicamente conhecida como um bolsão de pobreza do Paraná.

Nesse trabalho buscou-se atrelar novas leituras geográficas, antropológicas e historiográficas a parca historiografia local e, quase nula, análise regional, com base a partir de Pitanga, buscando entender, por meio de arcabouço teórico diversificado e, também, por levantamentos empíricos, a formação sócio-espacial local/regional, para que se possa entender as tramas territoriais amalgamadas no seio daquelas sociedades.

Figura 1: Localização da Região Centro do Paraná



Fonte: Organizado pelo autor.

Como elemento facilitador, para esse trabalho, optou-se por delimitar uma região própria, isso devido ao fato de as regionalizações preexistentes não abarcarem todos os municípios de interesse desse estudo. Dessa forma foram selecionados os municípios que se emanciparam a partir de Pitanga, herdando suas características sociais, econômicas e culturais, além das políticas, ficando, então, uma região de análise composta pelos municípios de Manoel Ribas, Boa Ventura de São Roque, Mato Rico, Santa Maria do Oeste, Nova Tebas, Palmital e por Pitanga. A essa região de pesquisa, dá-se a denominação de Região Centro do Paraná, devido sua localização estar no centro geodésico do estado.

Para analisar a complexidade existente na Região Centro Paraná, se apoiou por intermédio de uma abordagem a partir do Materialismo Histórico

Dialético, quando buscou-se entender como se deram as dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Esse trabalho procurou explicar os motivos e as intenções da ocupação regional, considerando o fato de que isso é resultado de um processo muito maior, de uma conjuntura política, econômica e cultural que predominava no final do século XIX e início do século XX, cuja matriz de pensamento conservador, seguem até os dias atuais.

Dentre os fatos históricos mais marcantes na região, se destaca a Chacina dos Kaingang, ocorrida no mês de abril do ano de 1923, um amplo conflito da população da etnia Kaingang e dos recém-chegados colonos na então Vila Serra da Pitanga. O conflito que culminou com a morte de três colonos e de oitenta e cinco indígenas repercutiu em todo o Paraná naquela época e ainda é fato acentuado de recordação para os pitanguenses e demais habitantes da região. Têm-se uma pequena gama de livros e pesquisas bibliográficas que descrevem o conflito, muitos dos quais deixam lacunas e contradições nas avaliações dos fatos. Analisando esses materiais, fica notório o interesse que os colonos que chegavam na região, tinham sobre as terras indígenas, sendo esse, o fator principal gerador da Chacina – a luta pela terra.

Outro marco conflituoso para a região foi a tentativa de uma grande grilagem de terras, onde grileiros buscaram usurpar 80 mil alqueires de terras dos colonos em 1955, gerando revolta na população local. Essa passagem ficou conhecida como Grilo do Tigre, devido ao início das atividades de grilagem de terras se iniciarem numa localidade chamada de Rio do Tigre.

Por toda a região, a história contada oralmente e relatada nos poucos livros de história regional, ignora a existência de povos caboclos, originalmente habitantes do sertão que preexistiam territorialmente e, conjuntamente, com os indígenas, lançando apenas nos indígenas, a culpa pelos conflitos entre os colonos e os Kaingang. Porém, até os dias atuais, pouco se sabe sobre a verdade dos fatos causadores da Chacina de 1923, há muitas informações camufladas ou envoltas nas brumas do silêncio regional. Os atos e os fatos registrados naquela época, onde muitas falas passaram a história como lendas, assim como o conflito do Rio do Tigre, ainda são desconhecidos, pois se encontram velados no seio da sociedade regional, restando, apenas a história contada pelos vencedores.

A sociedade envolvente considerava a região como vazia, sem civilização, dominada pela selvageria, fato não diferente daquilo que se considerava os sertões brasileiros naquela época, portanto sem pessoas, tanto que as proto-elites pitanguenses anularam a existência e o mundo dos povos indígenas e caboclos, isso motivados pela cobiça das terras, visando a exploração da madeira e da erva-mate. Para a história, não haviam pessoas não indígenas na região antes da chegada dos colonos, a existência dos caboclos é ignorada completamente, não há discussões sobre isso, diferente da Chacina de Pitanga, que ainda hoje é lembrada – é lembrada, mas sem se saber muito sobre o assunto, algo vago, pois a violência é sempre motivo de lembranças sobre os territórios.

Os nomes dos colonos envolvidos na Chacina hoje são lembrados como os pioneiros de Pitanga, com ruas e praças homenageando-os e, indiretamente, os seus feitos, afinal, pioneiros são tidos como civilizadores de regiões oficialmente reconhecidas como vazios demográficos do interior do Brasil. São esses que se tornaram a elite e a burguesia pitanguense e, contraditoriamente, são os que insistem em manter a memória da Chacina preservada, porém omitindo fatos, e assim ampliando, ainda mais, o preconceito que a sociedade pitanguense tem em relação aos Kaingang e a sua própria história manchada de sangue, por esses mesmos pioneiros.

Reforça-se que a região onde Pitanga se localiza, é hoje caracterizada como uma das mais pobres do estado, apresentando uma elevada desigualdade social em praticamente todos os municípios, sendo que alguns deles possuem os mais baixos índices de desenvolvimento humano do Paraná. Tais dados se caracterizam por fatores tais como a concentração fundiária e de renda, a violência, a falta de infraestrutura, impossibilidade de geração de trabalho, renda e riqueza para um grupo maior de cidadãos, onde, por meio de tais dados, a região ficou conhecida por ser um "bolsão da pobreza do Paraná".

Por arremate, acredita-se ser difícil ocorrer o desenvolvimento social na região quando se é cercado por uma sociedade conservadora e, quando não, preconceituosa e que omite a própria história, aliás, inventando sua história de heroísmo permeado pelo discurso do pioneirismo, sendo promotores de injustiças antes mesmo do município de Pitanga possuir sua emancipação político-jurídica. Há que se mencionar que desde a chegada dos primeiros

colonizadores, o território do atual município se caracterizou por uma porção de terra com apelo de utilização capitalista – em suma, foi uma terra marcada pela usurpação das terras ancestrais dos Kaingang e dos povos caboclos para dar uma utilização capitalista a essas terras, dentro das frentes de avanço do capitalismo no campo paranaense do final do século XIX e início do século XX.

Enquanto aspecto metodológicos, buscou-se compreender e diferenciar os métodos de pesquisa com os métodos de análise, esse vem como principal sustentador da pesquisa, onde dá as bases para a direção de suas linhas interpretativas, enquanto o analítico envolve toda a questão filosófica por detrás do pesquisador, seu posicionamento político e suas críticas acerca do mundo. Dessa forma, necessita de sua total compreensão para não realizar uma pesquisa incoerente, mesmo considerando as contradições vivenciadas pela lógica capitalista.

Entretanto não deve confundir o método de análise com o de pesquisa, pois esse último refere-se as técnicas envolvidas na pesquisa, e essas não dependem da forma analítica para serem aplicadas, podem ser utilizadas em todas as pesquisas, desde que corresponda ao desejado pelo pesquisador, fatos que ocorrem nesse trabalho.

A questão metodológica no processo de desenvolvimento de uma pesquisa científica aparece como ponto primordial para a sustentação dos pilares de tal trabalho, conhecer o método e suas principais referências são pressupostos básicos para que uma pesquisa tenha coerência com o que é proposto em seus objetivos.

Entretanto, a abordagem metodológica não é tão simples de se compreender, ao passo em que, grande parte dos pesquisadores confundem-se nos aspectos iniciais para de sua compreensão, não distinguindo o seu método de interpretação do método de pesquisa. Dessa forma Moraes e Costa explicam o seguinte sobre o método de interpretação:

Cabe explicitar a compreensão que se tem sobre o significado atribuído aos termos “método” e “metodologia”, inicialmente, aponta-se a diferença entre Método de interpretação e método de pesquisa, cuja não distinção é fonte de graves equívocos. O Primeiro diz respeito à concepção de mundo do pesquisador, sua visão da realidade, da ciência, do movimento. É a sistematização das formas de ver o real, a representação lógica e racional do entendimento que se tem do mundo e da

vida. O método de interpretação refere-se assim a postura filosófica, ao posicionamento quando as questões lógicas e, por que não dizer, a ideologia e à posição política do cientista. [...] é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência. (MORAES e COSTA, 1984, p. 26-27).

O método de interpretação surge como o principal ponto a ser desenvolvido pelo pesquisador, pois antes de mais nada, ele é a base filosófica da pesquisa, e grande parte dos pesquisadores confundem-se ao afirmar que buscam neutralidade em suas análises, contudo, esquecem que a busca pela neutralidade é uma opção de método de interpretação, e dessa forma sua concepção filosófica estará nítida. Outro ponto que necessita de atenção são os métodos de pesquisa, Moraes e Costa abordam o tema e referem que:

O método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. Relaciona-se assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que aos seus fundamentos filosóficos. Pode-se dizer que a utilização de um método de pesquisa não implica diretamente no posicionamento político ou concepções existenciais do pesquisador, resultando muito mais das demandas do objeto tratando e dos recursos técnicos de que dispõe. (MORAES e COSTA, 1984, p. 27).

Os métodos de pesquisa, são mais fáceis de compreender, dão-se por técnicas e ferramentas que vem a serviço do pesquisador para alcançar um determinado resultado, assim como no método de interpretação, o método de pesquisa também gera confusões no momento de empregar determinada técnica nas pesquisas científicas, parte dos pesquisadores que desenvolvem trabalhos com cunho qualitativo deixam de usar técnicas quantitativas por puro preconceito e com receio de taxações de suas pesquisas, contudo, Moraes e Costa (1984), trazem que as técnicas de análise são um patrimônio comum da ciência e estão em constante aprimoramento. O uso de uma determinada técnica não define as diretrizes interpretativas de uma pesquisa e muito menos o perfil ideológico do pesquisador. Ao utilizar técnicas quantitativas em pesquisas qualitativas não o torna incoerente, e sim, é mais uma técnica que se bem empregada dá força ao trabalho, é claro, cabe ao pesquisador saber empregar a técnica de uma forma coerente e saber analisar e empregar tais dados.

Na pesquisa pertinente ao trabalho desenvolvido, o método empregado adequa-se ao Hipotético Dedutivo, isso devido a pesquisa ter por objetivo trabalhar com hipóteses e procurar a comprovações das mesmas.

Este método foi desenvolvido por Karl Raimund Popper na década de 1930 e trouxe enormes avanços para ciência em geral, apontando que não há versão final de ciência, não há respostas prontas e definitivas, não há verdade absoluta, mas que cada pesquisa traz maiores proximidade dessa verdade, assim:

Para Karl R. Popper, o método científico parte de um problema ao qual se oferecesse uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa, passando-se depois a criticar a solução, com vista à eliminação do erro e, tal como no caso da dialética, esse processo se renovaria a si mesmo, dando surgimento a novos problemas. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 94).

Enquanto aspectos metodológicos de pesquisa estes partem de princípios básicos como é apontado por Marconi e Lakatos (2003, p. 94):

Popper defende estes momentos no processo investigatório: 1. problema, que surge, em geral, de conflitos ante, expectativas e teorias existentes; 2. solução proposta consistindo numa conjectura (nova teoria); dedução de consequências na forma de proposições passíveis de teste; 3. testes de falseamento: tentativas de refutação, entre outros meios, pela observação e experimentação. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 95).

Ou seja, tem-se uma hipótese, no caso do presente trabalho a hipótese do processo de não desenvolvimento regional estar ligado ao seu processo de construção histórica com riqueza altamente concentrada, então buscou-se comprovar esse processo tendo conhecimento, fez-se análises históricas, buscando analisar os fatos e dados regionais, analisando estes em sua gênese e em seu desenvolvimento, unindo o estado da arte com conhecimento prévio do pesquisador em relação a região de estudo.

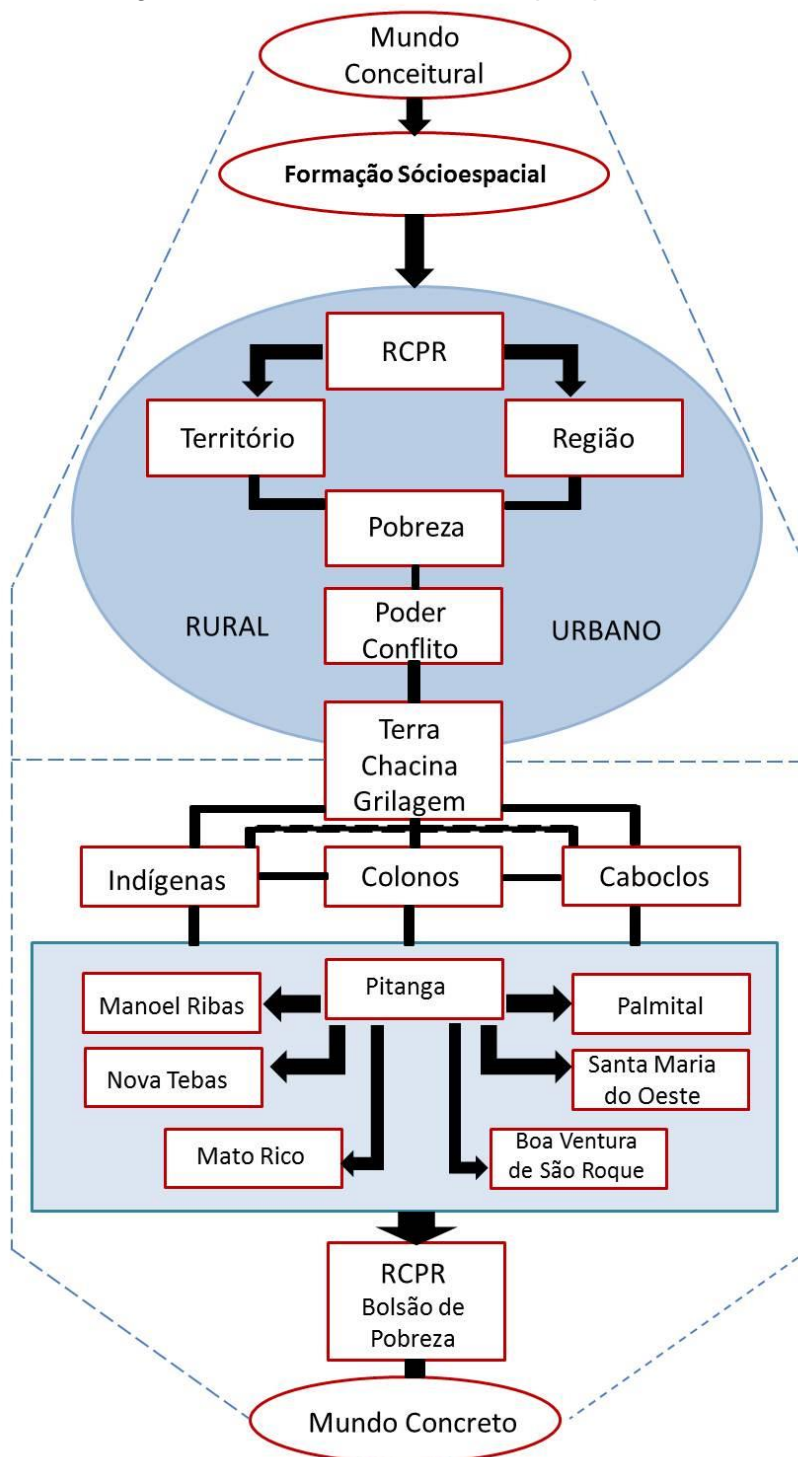
Parte-se da ideia que os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem, segundo Neves (1996, p. 03) pode-se utilizar de técnicas quantitativas para dar maior confiabilidade e possibilidades ao trabalhar o objeto de pesquisa, cabe ao pesquisador demonstrar o que aquela quantificação representa, ou seja, o que os números obtidos demonstram na realidade da pesquisa.

Nesse sentido, o procedimento de pesquisa desse trabalho, num primeiro momento, fundamentou-se em pesquisas bibliográficas sobre o tema, sendo que primeiramente ocorreu busca na literatura para compreender os principais conceitos que baseiam a pesquisa, após isso fez-se pesquisas em livros e artigos para compreensão da formação sócio-espacial da região.

Como base secundária de obtenção de informação sobre o objeto de análise, foram feitas pesquisas documentais que também serviram de base para as comprovações, além da realização de entrevistas semiestruturadas e verificação analítica quantitativa de dados, tais como econômicos e sociais.

Para melhor compreensão das discussões conceituais, elaborou-se um fluxograma da pesquisa, conforme pode ser observado na figura 02.

Figura 2: Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa



Fonte: O autor, 2017.

A pesquisa teve como base o mundo conceitual e o mundo concreto, cada um representado por um polígono, o mundo conceitual, que está na parte superior da figura representa a fundamentação teórica da pesquisa, partindo da Formação Sócio-Espacial e dando início à RCPR, esta, que como o nome representa - Região do Centro do Paraná -, ultrapassa os limites do pensar

regional, pois também representa, concomitantemente, um território. Também se discute a pobreza urbana e rural e sua ligação com o poder, gerador de conflito, ou seja, a manutenção do conflito sobre o território desde sua gênese de ocupação. No polígono que representa o mundo concreto, buscou-se por meio dos dados obtidos por órgãos públicos de âmbito municipal, estadual e federal, assim como por intermédio de trabalhos de campo, proceder a discussão referente à realidade regional, essa marcada pela desigualdade social, vista para além dos números e estatísticas, mas buscando ver pessoas, vidas lançadas sobre aquela região/território.

Optou-se pela utilização da pesquisa qualitativa devido à natureza do ocorrido e de suas repercussões sobre a organização do espaço e vida das pessoas, onde buscou-se mais do que números que retratem a formação sócio-espacial de Pitanga, e seus episódios conflituosos como a Chacina dos Kaingang, os caboclos, os colonos e o Grilo do Tigre, ou seja, em síntese, buscou-se pessoas, motivos, efeitos, processos. Pois fatos tão marcantes para uma região, cuja centralidade se dá no atual município de Pitanga, não podem ficar apenas no âmbito de dados numérico, pois, atrás desses números, há diversos mortos e feridos, que nunca tiveram suas vozes ouvidas, nem o devido respeito sobre sua saga, geradora e participe de um longo processo de violência, escassez de recursos subsistenciais e a morte.

Tema inédito na Geografia, pois a Chacina de Pitanga, como é mais popularmente conhecida, não fora fruto de estudos aprofundados pelo Geografia paranaense e brasileira até o momento, mas esse trabalho busca desvendar os conflitos norteadores, sobretudo, da Chacina de Pitanga, assim como seus reflexos sobre a formação sócio-espacial local/regional, bem como os elementos que marcam as territorialidades conflitantes regionais, emaranhadas pela dinâmica humana indígena, cabocla e dos colonos que foram os últimos a chegar na região, sendo que, a maioria destes últimos seres humanos, são transmigrados de outras áreas coloniais paranaenses e até mesmo de fora do estado. Espera-se que tais fatores históricos regionais permitam entender os motivos de a Região Centro do Paraná, estar entre as que possuem os mais baixos índices de desenvolvimento humano no Paraná.

Para responder, sobretudo, a dinâmica da formação sócio-espacial, este trabalho apresenta-se dividido em três etapas fundamentais - ou três

capítulos -, sendo que no primeiro se desenvolve a abordagem conceitual, trazendo para o mundo dos conceitos questões teóricas sobre Formação Sócio-espacial, além das de Região, de Território e de Conflito.

No segundo capítulo e terceiro capítulos, apresentam-se levantamentos históricos do processo de Formação Sócio-espacial da Região Centro do Paraná, onde analisou-se desde o período pré-colonial, quando a região era habitada exclusivamente por indígenas, sendo que esses estão presentes na região a milhares de anos. Posteriormente se produziu leitura e análise da obra escrita por Cabeza de Vaca, isso no século XVI, quando ele demonstra as primeiras passagens de europeus em solos que hoje integram a região analisada nesta pesquisa. Nessa parte a pesquisa avança até a chegada dos colonos, quando começam a ocorrer primeiros conflitos relacionados a questões de terra.

No último capítulo é feita a análise da atual situação da região, analisando dados tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concentração fundiária, preço da terra, índices de pobreza e extrema pobreza, tanto no meio urbano quanto no meio rural, dentre outros dados e informações que revelam as características que determinam a Região Centro do Paraná como um bolsão de pobreza no estado do Paraná na atualidade.



Freiras e crianças brincam, onde hoje é o centro de Pitanga +/- 1930.
Fonte: Acervo da Câmara Municipal dos Vereadores de Pitanga, 2017.

2. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, TERRITÓRIO, REGIÃO E CONFLITO

*Hoje o povo
por ali passa
sem nem ler
tudo adivinha
per - signa - se
(Barthelmess, 1990, p. 29)*

Este capítulo apresenta as abordagens conceituais sobre território, região, formação sócio-espacial e conflito, para compreender os conceitos propostos e que servem de base para este estudo buscou-se análises através de um viés proposto por Haesbaert (2002, p.134) que afirma que “todo conceito tem uma validade temporal, ou seja, deve ser delimitado historicamente [...] é importante revelar a origem do conceito, tanto no sentido de sua existência real quanto de sua formulação teórica”, assim, buscou-se analisar as sustentações que compõem tais conceitos, almejando através dos meios analíticos dessa pesquisa evitar uma visão isolada e segregada entre os conceitos, buscando entrelaçá-los em um viés analítico.

O conceito de conflito é pouco presente nas discussões geográficas, geralmente atreladas nas conceituações de território, entretanto não há um debate mais profundo acerca do tema, cabe principalmente à filosofia e à sociologia tais análises. A compreensão do tema é pertinente para a Geografia, pois também é por meio dos conflitos diários ou conflitos que caem da agenda pública que ocorre as transformações espaciais, que se dão as formações e transformações territoriais.

A categoria de análise Formação Sócio-espacial vem como importante método para a compreensão de aspectos sociais e econômicos, está, derivada da categoria proposta por Marx, a Formação Econômica e Social, veio para suprir a necessidade de considerar também os aspectos do espaço na formação de uma determinada sociedade. É na busca das gêneses que as possibilidades de interpretação de uma sociedade se ampliam.

Dois dos conceitos propostos já foram considerados por Haesbart (2009) onde eles propõem análise de região e território em uma perspectiva integradora, assim:

Denominamos perspectivas integradoras entre os conceitos de território e região aquelas em que não só ocorre uma separação clara entre os dois conceitos como também não se incorre na diluição dos conceitos um no interior do outro. Pode até ocorrer que um seja concebido como estando “no interior” do outro, mas não a ponto de diluí-lo e sim vê-los, de alguma forma, também, “integrados”. (HAESBAERT, 2009, p.630-631).

Dessa forma desvinculando os conceitos da visão tradicional da Geografia, onde a região é vista como uma “categoria de análise” e o território como “categoria do real”, Haesbaert (2009) critica essa visão, onde afirma que:

Ainda que reconheçamos que a região está ligada a um instrumento de análise, no campo metodológico, e o território mais ao campo das práticas sociais efetivas, nenhum dos dois pode ser reduzido a estas dimensões [...] o que define cada conceito, em primeiro lugar, é a problemática em que está ligado. (HAESBAERT, 2009, p.633).

E assim compreende-se que ambos os conceitos devem se atrelar em um ponto de vista analítico, respeitando, obviamente suas dimensões, e, a pesquisa em que está envolvida, entretanto, para a melhor organização textual, optou-se pela divisão em tópicos dos conceitos analisados.

2.1. Formação Sócio-espacial, e seus avanços teóricos

O conceito de espaço, atualmente é um dos mais utilizados e empregados na Geografia, contudo, é um termo multidisciplinar, aplicado na física, na matemática, nas engenharias e também na arquitetura, esse conceito é aplicado nos centros das discussões dessas ciências a séculos, também, o termo espaço é utilizado pelo senso comum, aplicando-o em diversas situações sem a preocupação de compreendê-lo, e também, esse descuido era representada na geografia brasileira até a segunda metade do século XX, onde o conceito de espaço esteve recôndito, assim como em outras ciências humanas e sociais.

Foi Milton Santos na década de 1970 quem retomou as discussões sobre o conceito de espaço, assim pautando a geografia nas análises

espaciais, porém, é através de um aprofundamento teórico acerca da categoria de Formação Sócio-espacial que tal conceito firma-se na geografia brasileira, tal categoria foi influenciada pelas discussões sobre a Formação Econômico e Social (FES) em que Sereni (1974) retoma as discussões de Marx e Lenin sobre esse tema em seu artigo: “De Marx a Lenin, a categoria de formação econômico-social”, publicado no ano de 1971.

Marx preocupou-se em trazer os elementos básicos sobre a Formação Econômico e Social, buscando por meio da história as interpretações das sociedades, porém, foi Lenin quem utilizou a Formação Econômico e Social de forma mais concreta, empregando-a para compreender a situação social e econômica da Rússia. Santos (1982, p. 11), traz que para Sereni esta categoria expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, então a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico.

Santos aponta que:

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzindo numa de suas frações. (Santos, 1982, p.12)

Dessa forma, é através da busca da gênese daquela sociedade que encontrará respostas para uma determinada problemática social, considerando as unicidades espaciais, contudo, não ignorando o contexto de uma escala maior, como a nacional e internacional.

Santos (1982) critica os geógrafos ao afirmar que:

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à

compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1982, p.1).

As críticas de Santos direcionam-se aos geógrafos por negligenciarem os processos de formação espacial, esses dando mais ênfase nas formas e não buscando compreender os processos que a resultaram, na mesma vertente para Lefebvre (1976, p.31) o espaço foi moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político.

Ainda no mesmo contexto, Santos (1982, p. 13) traz que a noção de formação econômica e social é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada, e essas relações econômicas e sociais se dão sobre o espaço, para Santos (1996, p.66) o espaço são as formas mais a vida que as anima, portanto, ao pensar sobre o conceito de espaço, deve pensar em algo dinâmico, e não estático, não no conceito de espaço utilizado pelas ciências exatas e adotada durante a geografia teórica quantitativa, espaço tem vida, tem movimento, tem processos sociais, políticos e econômicos. O espaço é o resultado de uma sucessão de acontecimentos históricos que resultaram nas características que ele apresenta.

Santos indaga-se ao refletir sobre a negligência em relação ao espaço:

Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações sócio-espaciais que se trata. (SANTOS, 1982, p. 19).

Tal atraso teórico apontado por Santos, se deu principalmente devido a não utilização de teóricos como Marx e Lenin, principais nomes da Formação Econômico-Social. Foi na década de 1970 com a expansão do Marxismo pelas

ciências, e assim o advento da Geografia Crítica, que se ampliou as leituras Marxistas e avanços teóricos ocorreram, assim sanando tal equívoco.

Esse progresso teórico em relação a categoria de Formação Sócio-Espacial¹ trouxe inúmeros avanços nas discussões geográficas, ampliando esses meios analíticos que até então eram ignorada, apenas analisando os dados brutos, sem considerar todo o processo que resultou em tal dado, e esses dados são as formas, são os objetos e toda sociedade que está representada de forma quantitativa, ou seja, em dados, assim Santos (1996, p. 67), nos traz que:

No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual.

As formas se revelam como históricas, por traz de cada forma ocorreu todo um processo social e econômico complexo, e esses deixam rastros pelo espaço, mas também, moldam-se pelas condições espaciais, as relações entre espaço e formação social se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço. (Santos, 1982, p.15).

Ainda nesse sentido:

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1982, p. 14).

E cada sociedade tem suas especificidades, seus tempos, sua cultura, sua política, seus meios de produções, são essas características únicas que

¹ [...] existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade) (SOUZA, 2009, p. 24-25).

formam as regiões e territórios, esses, marcados por paisagens. Entretanto, também são essas especificidades que geram os conflitos.

2.2. Território: Complexidades Conceituais

O conceito de território entra para o cerne da Geografia com Ratzel seguindo uma vertente naturalista, Raffestin (1993, p. 2) faz a sua crítica ao afirmar que o quadro conceitual de Ratzel é muito amplo e tão naturalista quanto sociológico, mas seria errôneo condená-lo por ter "naturalizado" a Geografia Política, algo que às vezes ocorreu. Mais do que isso, para Ratzel, território era impreterivelmente associado ao Estado.

Mas para compreender o conceito de território, cabe observar a trajetória de estruturação da essência conceitual, e assim, primeiramente nos remeter a etimologia da palavra território, segundo Haesbaert (2004, p.1):

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Para melhor explicitar sobre o tema, Raffestin (1993, p. 144), trás que o território é a prisão que os homens constroem para si, assim, ao abordar território se deve logo associar ao poder e conseqüentemente a dominação e apropriação do espaço físico e social, assim, o mesmo autor, Raffestin aponta que o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação induzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. (Raffestin, 1993, p. 143).

Aqui, tendo a clareza que espaço e território tem suas distinções, assim como Raffestin (1993, p.144) aponta “evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a

produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.”

Os debates acerca do conceito de território ganham destaque durante a corrente de pensamento geográfico que ficou conhecido como Geografia Crítica, e essa dando um enfoque de como o capitalismo utiliza dos territórios para desenvolver-se, acumulando capital e buscando manter as diferenças sociais, Calabi e Indovina (1992), afirmam que existe um “uso” do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondência com as diversas fases de desenvolvimento do processo capitalista.

Em uma vertente crítica, Rogério Haesbaert, aborda em diversos livros e artigos, onde ele traz análises e aplicações acerca do conceito de território, o mesmo autor afirma que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

O conceito de território, mostra-se muito amplo, tendo diversas vertentes enfatizando diferentes abordagens sobre o mesmo, e essas diferentes concepções também estão atreladas à problemática da pesquisa e o posicionamento do pesquisador perante a leitura de mundo que ele tem. As concepções sobre território foram divididas por Haesbaert (2007), para tornar a explicação do tema mais didático em: território jurídico político, território cultural, território econômico e território natural.

Assim considerando que:

- Político (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-político (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o

território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão (territorial) do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Da mesma forma, Souza (2009), complementa o assunto ao afirmar que:

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território. (SOUZA, 2009, p. 40).

Ainda, o mesmo autor afirma que:

Todavia, dependendo da circunstância e do ângulo a partir do qual se olha, uma dimensão particular pode aparecer como imediatamente mais visível ou mesmo relevante, ainda que, mediamente, todas as dimensões das relações sociais sejam importantes e devam ser levadas em conta na análise. (SOUZA, 2009, p. 60).

Aqui deixando claro que os territórios acima trabalhados não são substratos, que um é desconexo do outro, todos são conectados, formando apenas um território, esse ligado a questões principalmente de poder. Assim Haesbaert (2007) traz que os Territórios Políticos Jurídicos, são espaços delimitados e controlados através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente – atrelado ao poder político do Estado. Da mesma forma, têm os Territórios Econômicos, e aqui concordando com Calabi e Indovina (1992, p. 57), que o território (na sua totalidade) não é “outro” com relação ao “processo capitalista”, mas, ao contrário, ele é usado e se transforma em função daquele processo geral.

Assim, territórios econômicos segundo Haesbaert (2007, p. 40) enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Da mesma forma, Fajardo (2008, p. 29) afirma que a abordagem

econômica do território envolve um jogo de forças no qual o poder, exercido pelo Estado, ou por empresas, não ignora a natureza enquanto recurso, sendo esse, parte do território natural.

Porém, Haesbaert (2004), alerta que:

Hoje, na maior parte dos lugares, estamos bem distantes de uma concepção de território como “fonte de recursos” ou simples “apropriação da natureza” em sentidos estritos. Isto não significa, contudo [...] que essas características estejam superadas. Dependendo das bases tecnológicas do grupo social, suas territorialidades ainda podem carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo. (HAESBAERT, 2004, p.57).

Nesse sentido, atentando-se a natureza enquanto recurso, acredita-se esse ser o trunfo do poder na região estudada, claro, considerando o que Raffestin (1993, p.58) trás que “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em usa na geografia política: a população, o território e os recursos, [...] os recursos determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. Aqui considerando como recurso, os bens naturais da RCPR, esse sendo o principal trunfo do poder, os recursos minerais e biológicos daquelas terras.

Nitidamente, concorda-se com Raffestin (1993, p. 59), quando ele afirma que “o trunfo raramente é único. Trata-se quase sempre de um trunfo complexo”, isso devido o fato, de como acima mencionado, o trunfo ser também população e território, ou seja, há relações de poder já preexistente. Trazendo para a pesquisa: Quando os colonos chegaram à região na busca pelo trunfo (bens naturais), já havia povos (indígenas e caboclos), assim gerando conflitos, principal sinal de complexidade territorial.

Dessa forma, fica marcado também a concepção do território natural ou naturalista, que para Haesbaert (2007, p. 40) essa utiliza-se de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

A concepção cultural foi a última a aparecer na bibliografia geográfica, aparecendo com grande força na geografia fenomenológica, segundo Haesbaert (2004, p.40) essa visão filosófica de território prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Em todos os exemplos acima citados, o território faz-se pelas relações de poder, como afirma Raffestin (1993, p.144) “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder”, e mais, o mesmo autor trás que “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (Raffestin, 1993, p. 60). E nesse sentido que buscou-se compreender o (s) território (s) da RCPR, e os trunfos destas, ou seja, o que a proto elite pitanguense buscou ganhar com a colonização desta região, considerando que já havia territórios formados antes da chegada dos colonos, haviam indígenas e caboclos por aquelas terras, e que estes, segundo a história não há registros de conflitos entre os mesmos.

Ao abordar o tema território destes povos não se desvincula a relação poder – território, pois se assim fosse, não seria território, contudo a relação territorial dos indígenas e caboclos não é gerido através da mesma lógica do poder que é exercido através dos territórios políticos jurídicos ou territórios econômicos, a relação de poder sobre o espaço geográfico sobre qual uma determinada comunidade controla tem relações com a questão de sobrevivência daquele grupo, e de manter à história de seus antepassados que ali viviam.

Os contatos dos migrantes, principalmente com os povos indígenas, geraram inúmeros conflitos, muitos desses atrelados principalmente a questão da terra, assim o Estado brasileiro buscou abrandar os indígenas, os transferindo de terras e os aldeando, porém, nem sempre se respeitou as etnias que seriam unidas em um aldeamento e nem os territórios em que esses vivam a milhares de anos. Porém a partir desse momento onde aldeou-se os

indígenas a relação da terra com os indígenas ganhou um caráter jurídico, dessa forma os territórios indígenas nesses momentos tornavam-se também Território Jurídico Político para o Estado.

Esses conflitos territoriais entre indígenas e os colonizadores, no caso da região centro do Paraná, resultou em três aldeias (FUNAI, 2015), uma entre os municípios de Pitanga e Manoel Ribas, outra entre os municípios de Turvo e Guarapuava e a última no município de Cândido de Abreu. As demais terras que eram dos indígenas, atualmente pertencem a latifundiários, fazem parte das características dessa região, sendo essa fortemente marcada pela concentração fundiária e pela extrema desigualdade social. Ou seja, o conflito de 1923 entre indígenas e colonos teria gerado as atuais condições socioeconômicas da Região Centro do Paraná?

O conceito de território na percepção do indígena diferencia-se da noção tradicional da Geografia, atrela-se a questão da etnicidade, diferente da visão tradicional para o indígena o ser índio também é solo, também é animal, também é planta, não desvincula o ser humano da natureza, porém, também não desvincula o poder exercido por determinada comunidade em seu território, os conflitos territoriais dos indígenas não liga-se a questão do possuir solo, e sim de sua sobrevivência depender daquele território.

2.3. A Região como identidade

Dentro da ciência geográfica, a noção de região é algo intrínseco, ligado à noção de diferenciação de áreas. É um dos conceitos geográficos mais utilizados e empregados em pesquisas científicas na história da Geografia, portanto esse conceito se faz complexo, pois dentro da ciência geográfica há diferentes conceituações para esse termo, cada um destes formulado a partir da visão constituída dentro das diferentes correntes de pensamento em que os pesquisadores estavam inseridos, mas é na Geografia Determinista que ela aparece, conforme afirma Correa (2000):

No final do século XIX, e durante as duas primeiras décadas deste, quando a ciência geográfica foi impulsionada pela

expansão imperialista, sendo o determinismo ambiental uma de suas principais correntes de pensamento, um dos conceitos dominantes foi o de região natural, saído diretamente do determinismo ambiental. A região natural é entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza [...]. (CORREA. 2000, p.12).

Dessa forma a geografia dá início ao desenvolvimento do conceito de região, contudo esse termo está vinculado não só a ciência geográfica, mas também a visão do senso comum e de outras ciências que não otimizam a concepção espacial, assim Corrêa (2003), traz que:

O conceito de região desperta o interesse de não-geógrafos, daqueles que, de alguma forma, se interessam pela dimensão espacial da sociedade. Novos conceitos de região foram produzidos por geógrafos e não-geógrafos, ampliando ainda mais o pluralismo conceitual (CORRÊA, 2003, p. 187).

Contudo, para a Geografia o conceito de região hoje desvinculou-se da visão tradicional, onde reduzia a região como categoria de análise, assim Lencione (2014, p. 197) nos traz que a noção de região é fundamental na análise espacial. O que não mais se sustenta hoje em dia é a ideia de região nos moldes clássicos. Hoje a região é um conceito fundamental para pesquisas geográficas, mas utilizando-a como uma categoria real.

Assim, ao considerar a região como algo concreto, não apenas ficando no abstrato de uma categoria analítica, Gomes afirma que:

A região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território (GOMES, 1995, p.73).

Dessa forma as regiões ganham caráter estratégico em um âmbito político administrativo, os territórios são retalhados por regionalizações, e

essas cada vez mais englobando variantes novas e se tornando cada vez mais complexas de regionalizar. Gradativamente as variáveis globais adentram nas regiões, porém, ao contrário do que muitos autores afirmavam o espaço geográfico não tende se tornar homogêneo em questões culturais, essa heterogeneidade ganha força através do regionalismo, assim concorda-se com Lencione (2014) quando ela afirma que:

As diferenças emergem e se contrapõem ao processo que tende a anulá-las, daí a análise regional que, voltada para as particularidades, pode revelar aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos e analisados se considerados apenas do ponto de vista global. (LENCIONE, 2014, p. 192).

No terceiro capítulo, ao analisar a Região Centro do Paraná, é perceptível o contraste com as demais regiões do mesmo estado, aqui não caindo no reducionismo de região natural, e sim olhando para uma totalidade, e enfocando nos aspectos sociais e econômicos, a região central apresenta dados sociais abaixo da média do estado, apresenta uma elevada concentração de renda e de terra, uma economia voltada para agricultura, e assim como as demais regiões demonstra-se como complexa para analisa-la, e mais complexa é regionaliza-la, e ao momento em que diminui a escala de estudo, a complexidade se eleva, pois aumento o número de detalhes do local que devem ser enfocados. Porém, de acordo com Correa (2000), a regionalização vêm sendo utilizada em detrimento do capital, onde ele emprega esse termo para melhor administrar seus territórios, assim:

O conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle. Mais precisamente, no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante, utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subseqüentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante. (CORREA, 2000, p.25).

As regiões são resultados de escolhas, são resultados de decisões, não só do pesquisador no momento em que segmentou um determinado local, mas

suas características sociais e econômicas são resultados de decisões políticas, e essas geralmente com caráter conservador, segundo Silva (2009):

No Brasil, esse processo aparece como um elo que mantém o funcionamento simultâneo de uma ordem tradicional e de uma ordem moderna, nas quais há uma repetição das velhas fórmulas de negociação política, como a patronagem, o coronelismo e o clientelismo aplicados agora, á troca de recursos simbólicos e não mais somente a troca de materiais. O objetivo é o de permitir que as antigas estruturas persistam (e até reproduzam) no interior de “novas”. (SILVA, 2009. p. 205).

Ainda nessa perspectiva, Correa (2000), nos traz que:

A ação e controle sobre uma determinada área quer garantir, em última análise, a reprodução da sociedade de classes, com uma dominante, que se localiza fora ou no interior da área submetida à divisão regional. Esta distinção parte da aceitação explícita ou implícita da diferenciação de áreas ao longo da história. A sua ratificação ou retificação se dá a cada momento, conforme os interesses e os conflitos dominantes de cada época. São eles que, por outro lado, levam as unidades territoriais de ação e controle, as regiões, a serem organizadas de modos diferentes. (CORREA, 2000, p.26).

Para o capital não é vantajoso a homogeneização socioeconômica dos territórios políticos jurídicos, e dentro de uma região onde o latifúndio predomina, a situação é ainda mais delicada. Tende-se a preservar os baixos índices sociais, gera o que a Monteiro Lobato, trouxe em seu livro literário chamado de Cidades Mortas, mortas não no sentido estrito, mas mortas pois são deixadas em uma situação de desamparo por parte das políticas públicas.

Ao focar sobre territórios e regiões, deve se ter a cautela de não cair em um reducionismo, considerado apenas território como categoria do real e região como mera categoria de análise. Ambos os conceitos se demonstram como complexos, tendo diversas análises e conceituações para tais termos, cabe ao pesquisador por meio de leituras mais profundas optar pela melhor conceituação e para assim realizar uma análise mais profunda e concreta do seu objeto de pesquisa.

2.4. Conflito: poder, pobreza no rural e urbano

O conceito de conflito na Geografia não está no centro dos debates epistemológicos, não se tem profundas teorizações acerca dessa temática, diferente da Sociologia, é nela que buscou compreender os conflitos sociais é no próprio cerne das mais diversas filosofias sociais, assim como nas teorias sociológicas de ontem e de hoje, o conceito de conflito ocupa quase sempre um lugar essencial. (BIRNBAUM, 1995, p. 247). Para os geógrafos, o conflito se concretiza no espaço por meio das lógicas territoriais, e assim as discussões sobre conflito se dão conjuntamente no marco teórico de território, e além, não se busca compreender o conflito em si, pois esse, como já foi mencionado está subordinado teoricamente pelas discussões territoriais. Assim, para melhor compreender as teorias acerca do conflito buscou-se na sociologia a compreensão social acerca do tema, analisando as diferentes concepções de cada um sobre a temática.

O início dos debates contemporâneos acerca do tema conflito deu-se segundo Birnbaum (1995, p. 249) a partir dos anos 50 nas sociedades ocidentais e muito especialmente nas anglo-saxônicas, nesses debates deu-se uma nova discussão dos fundamentos da ordem social, ao pretender novamente questionar uma visão estrutural-funcionalista dominante. Para esses teóricos, que estavam em contexto de expansão econômica em seus países, o processo de crescimento econômico traria o apaziguamento pois as crises econômicas seriam diminuídas. Entretanto, o próprio Birnbaum (1995) afirmou que essa corrente confundiu a ordem social com pensamento conservador, pois para tais autores não havia necessidades de mudança estrutural na sociedade.

Santos (2014, p.545) traz que o conflito social, assim, representa a disputa entre grupos com posições diferentes sobre um determinado tema, tendo como pano de fundo o modelo de desenvolvimento social de um grupo coletivo específico, porém, para Birnbaum (1995) o conflito é sempre consciente, contudo, isso depende do grau de consciência do ator, e mais, pode-se, em contrapartida, considerar a ideia segundo a qual não só o conflito pode apoiar-se simplesmente na oposição objetiva de interesses antagônicos,

mas que os atores têm muitas vezes uma "falsa consciência" de seus interesses reais (BIRNBAUM, 1995, p. 262).

Santos empenhou-se em mapear os níveis de conflito na agenda pública, lembrando que:

Nem todos os conflitos sociais conseguem sensibilizar a sociedade a ponto de entrar na agenda pública. Alguns conflitos sociais naturalizam-se na sociedade, de forma que, mesmo com amplo conhecimento, não atingem o nível ideal que permite o debate amplo e a possibilidade de mudança do status quo. (Santos, 2014, p. 550).

Isso devido o fato de que nem todos os conflitos serem violentos de tal forma que gere uma maior comoção social, assim, os conflitos que saíram da invisibilidade pública ficaram mapeados da seguinte forma:

Quadro 1: Tipos de Conflito

Conflitos	Descrição
Latentes	Mecanismos sociopolíticos e culturais encobrem os conflitos
Manifestos	Os conflitos são visíveis, contudo não possuem força política para compor a agenda política local ou regional.
Explícitos	Os conflitos são visíveis e possuem força política para entrar nos debates da agenda política local ou regional.
Extremos	Os conflitos alcançam níveis desproporcionais, atingindo a integridade física dos embatentes.
Naturalizados	Os conflitos podem atingir a integridade física dos embatentes, mas não necessariamente são visíveis e possuem força política para entrar nos debates da agenda política local ou regional; dada a sua continuidade, por falta de resolução, se mantêm na agenda da mídia durante muito tempo, sofrendo processo de reificação.

Fonte: Santos (2012, p. 222).

Segundo, Santos (2014, p. 545) ao longo da história é possível observar que os conflitos sociais foram – e são – analisados de diversas formas, cuja conotação varia de positiva a negativa, assim como está expresso em Birnbaum (1995), onde está nítido em suas análises acerca dos grandes teóricos sobre conflito que não há consenso em relação à pertinência dos conflitos. Em relação a isso, será explicitado os principais teóricos que abordaram o tema conflito e para melhor compreensão e organizou-se em três partes considerando a perspectiva sobre conflito que cada autor tem. Dessa

forma, segundo Silva (2011), tem-se: I: Os autores que consideram como questão de ordem; II: Os autores que refletem sobre a temática considerando o conflito como uma patologia social; e, III: Os autores que abordam o conflito como algo cotidiano na vida social.

Silva (2011), aponta que para os teóricos que defendem essa base teórica, a ordem é o principal fator de manutenção de uma sociedade sem conflitos, e o principal mantenedor da ordem é o Estado, os principais teorizadores dessa base são Thomas Hobbes e Auguste Comte.

Para Hobbes o conflito é algo natural dos homens, é o resultado das paixões, do egoísmo e da ganância dos homens (Silva, 2011, p. 05). Sozinhos os homens são incapazes de encontrarem solução para os problemas que motivam os conflitos, então dessa forma, para ele há a necessidade do Estado para controlar e por ordem.

Já para Comte, Silva (2011), traz que com sua visão positivista, o conflito se dá pela falta de ordem, pois não há uma coletividade, e as pessoas não pensam de forma coerente e juntas, há um caos social, e assim resultado em conflitos, Birnbaum (1995, p. 250), aponta que:

Comte, introduzindo a ideia de progresso que, em sua opinião, permite uma evolução mais pacífica e favorece o advento de uma sociedade em que a ordem não pressupõe a coação externa, na medida em que o positivismo e o crescimento instauram por fim a era da racionalidade, afastando a dos conflitos sociais e recriando as condições para uma comunidade pacificada.

Portanto é através da manutenção da ordem, ou melhor, do alcance da ordem, que os conflitos deixam de existir, pois assim haverá uma sociedade pacífica e ordenada, pois para ele a razão virá antes do agir.

Nessa vertente, Silva (2011), traz que o conflito aqui é visto como uma patologia social, resultado de interações desastrosas e que resultaram no conflito, os principais teóricos envolvidos nesse segmento teórico são Émile Durkheim e Karl Marx.

Para Durkheim o Conflito é uma anormalidade, pois ele se dá com o fim da coesão social. Assim, a segundo Silva (2011, p. 6) a concepção de Durkheim refere-se o conflito como anormalidade à medida que se rompe essa

coesão baseada na solidariedade mecânica das sociedades simples ou primitivas, em direção à divisão do trabalho.

Silva (2011), aponta que para Marx o conflito é uma patologia social, resultado das interações entre propriedade privada e as classes antagônicas, ou seja, entre as lutas de classes, e que somente com o comunismo o conflito será superado, portanto, os conflitos sociais são uma das etapas a serem superadas para se alcançar o comunismo. Coser (1977, p. 381) afirma que devemos sublinhar a importância sociológica da teoria de Marx, que rejeita todo e qualquer elemento pessoal, quando critica o capitalismo, e para ele o conflito não é resultado pessoal e sim social, no mesmo sentido, Birnbaum (1995, p. 249) aponta que na França ou na Itália o marxismo surge na época como a teoria dominante, que explica o conflito em termos de classes sociais e de relações de exploração.

Birnbaum aponta que para Marx:

a sociedade que surge como lugar privilegiado dos conflitos entre os protagonistas sociais isolados entre si, opostos pela busca desenfreada do lucro absoluto e a extensão ilimitada da propriedade pessoal. Logo, a guerra de todos contra todos desencadeia-se na sociedade baseada na propriedade privada e não na comunidade natural. (BIRNBAUM, 1995, p. 250).

Assim, os conflitos são resultados das contradições capitalistas em que as classes antagônicas enfrentam-se na busca de manter ou de mudanças sociais e econômicas, e o findar dos conflitos só se darão com o advento do comunismo.

Essa vertente sai da visão patológica e vê o conflito como algo normal e comum nas sociedades, Santos (2011) traz que os principais teóricos que seguem esse pensamento são Max Weber e Georg Simmel.

Weber não encara o conflito como resultado de um estado anormal ou fase histórica negativa, mas como uma ação cotidiana e histórica resultante da concorrência por bens escassos, entendidos em sua multiplicidade (materiais e simbólicos) (SILVA, 200, p.8), para ele o conflito tem elementos negativos e positivos e esses são intrínsecos, não há como evita-lo, e também o é necessário.

Para Simmel, o conflito é algo útil para as sociedades, são através deles que se tem os processos evolutivos, ou seja, de superação de problemas, são através dos embates de interesses que se tem avanços, e que isso não ocorreria em harmonia social. Silva, (2011, p.9) aponta que para Simmel o conflito externo possibilita temporariamente a anulação de discrepâncias internas, porém os torna mais visíveis e concretas, não percebidas de outro modo.

Ainda no mesmo sentido, Birnbaum aponta que para Simmel:

Longe de se revelar como "patológico", o confronto entre os atores e não entre as estruturas funciona aqui como processo "positivo" da vida social: assegura sozinho a unidade. Nem sempre conduz a uma sociedade reconciliada ou praticamente utópica; também não constitui sinal de falta de integração do sistema social. Em suma, o conflito é plenamente normal e esta é uma maneira de ser vital para o funcionamento da sociedade. (BIRNBAUM, 1995, p.257)

Dessa forma Simmel aponta o conflito social como importante meio para avanços em sociedade, pois somente através disso que ocorrerá a mudança, pois os meios antagônicos em conflito se constituem em uma das mais intensas interações sociais.

Coser (1977, p. 383) distingue dois tipos de conflitos na visão de Simmel, são eles:

O primeiro surge quando duas partes que perseguem o mesmo todo se confrontam, utilizando os melhores meios de atingi-lo. [...] O outro tipo de conflito, em que o fator de unidade é diferente: ele já não procede do fato de que as duas partes aceitam um objetivo comum e métodos semelhantes para atingi-lo. O que agora as une é que cada uma delas recusa, pura e simplesmente, toda motivação de interesse pessoal e, assim, se empenha em favor de uma causa que ultrapassa o plano individual.

Assim, em ambas a questão do conflito não é algo pessoal e sim em grupos, dessa maneira Marx e Simmel estão em acordo quanto a esse ponto de vista. No sentir de ambos os teóricos, a luta de classes deve ser despersonalizada (...) só assim a luta pode atingir essa intensidade e essa intransigência que Marx preconiza. Entretanto a maior diferença entre ambos é a questão da normalidade do conflito, pois para Simmel o conflito é parte da constituição da sociedade e surge em momentos de crises, mas que são

superados e em outra ocasião ressurgirá outro momento conflituoso, e que isso não, necessariamente, seja um mal na sociedade, pois para ele ao mesmo momento em que as relações sociais se dão em cooperação dão se também em oposição, e que são nesses embates diários que a sociedade transforma-se. Compreende-se que os conflitos se dão na base territorial, são nas disputas por territórios, se dão nos embates políticos, econômicos e culturais.



Colono e seus funcionários infantis em Pitanga, 1965.

Fonte: Acervo da Câmara Municipal dos Vereadores de Pitanga, 2017.

3. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO CENTRO DO PARANÁ E DE PITANGA

REDIVIVO EM SÍTIO NOVO O ANTIGO SONHO

*largo sonho solitário
largo sonho solidário
largo sonho libertário
mundo novo, mundo limpo
fundar o mundo de novo limpamente
(Barthelmess, 1990, p. 22)*

A categoria de Formação Sócio-espacial é uma das mais empregadas na geografia brasileira contemporânea, como já mencionado no capítulo anterior, por meio dela consegue-se alcançar respostas sobre uma determinada problemática, entretanto, é comum em trabalhos que se propõem demonstrar a formação sócio-espacial de determinada região se desatentar em relação aos povos que habitavam a região antes do processo de colonização oficial, claro, cada pesquisa tem objetivos diferente, e nem todos demandam um alcance histórico maior para a sua compreensão.

Para essa etapa do trabalho que busca demonstrar a formação sócio-espacial da região centro do Paraná, buscou-se evidenciar a formação desde a época pré-colonial, assim elencou-se a ocupação regional através dos indígenas, caboclos e colonos, isso devido a preocupação em almejar a compreensão dos problemas sócio-espaciais dessa região, e, acreditando que as mazelas tiveram início antes da instalação do município, e também, preocupando-se em desmistificar alguns pontos da história oficial, tal como um vazio demográfico que havia antes da chegada dos colonos.

Nesse capítulo, diferente do anterior, não se dividirá em tópicos, ou sub tópicos, pois acredita-se que não há como construir uma formação sócio-espacial sem relacionar os sujeitos. Portanto, dessa forma buscara-se demonstrar de forma lógica, seguindo uma linha cronológica, e buscando demonstrar as relações entre os povos indígenas, caboclos e colonos.

Normalmente ao andar pelas ruas das cidades que pertencem a microrregião de Pitanga e de Guarapuava encontra-se indígenas vendendo ou confeccionando artesanatos, e também, não é difícil de encontrar as pessoas que os desprezam, que os tratam com preconceito, negligência essa também dada pelo poder público, pois nessas mesmas cidades é corriqueiro encontrar em seus terminais rodoviários indígenas dormindo em bancos secos, no relento, mesmo em dias de frio e/ou chuvosos.

Porém, essas pessoas que menosprezam os povos indígenas, esquecem que a terra onde suas casas estão foram usurpadas desses povos de forma violenta pelo poder público ou por grileiros de terras, não consideram que, essas etnias indígenas habitam essas terras à mais de 8 mil anos (Mota e Novak, 2008, p. 19).

A literatura antropológica aponta que os primeiros povos que habitaram essas terras são os Guarani, os Xetá e os Kaingang, as duas primeiras etnias vindas do tronco linguístico Tupi e o terceiro vindo do tronco linguístico dos Macro-Jê. Eurich (2012, p. 18) traz que escavações na cidade de Manoel Ribas, que fica a cerca de 30 km do município de Pitanga, ressaltam a ocupação e reocupação deste território por populações indígenas desde cerca de oito mil anos. Devido à instalação de uma hidrelétrica no município de Pitanga realizou-se um levantamento arqueológico, o trabalho deu-se em atividades de resgate arqueológico em três sítios denominados: Pitanga-01 Pitanga-02 e Pitanga-03, assim:

Durante as escavações, percebemos que cada sítio apresenta uma funcionalidade diferente. O sítio Pitanga 1, que está situado em um local mais íngreme, onde verificamos a existência de uma área de extração de matéria-prima para confecção dos artefatos, apresentou a funcionalidade de oficina lítica. O sítio Pitanga 2, situado em área mais plana, próxima ao rio, apresentou funcionalidade de acampamento, onde verificamos a existência de uma fogueira e artefatos que poderiam ser utilizados para o preparo dos alimentos. O sítio Pitanga 3, situado na base de uma encosta suave, onde também verificamos a existência de uma área de extração de matéria-prima para artefatos, apresentou uma grande concentração de artefatos, caracterizando-se, também, como uma oficina lítica. (SHWENGBER e NOVASCO, 2011, p.31).

Já no sítio arqueológico de Manoel Ribas, Eurich (2012, p.17) aponta que:

O material lítico colhido no mesmo sítio nas camadas superiores data de dois a três mil anos, mostrando a existência de pelo menos dois povoamentos no local em épocas diferentes. Com transformações no clima e na vegetação, é importante pensar na mobilidade desses povos no território e como um mesmo local pode ser ocupado por vários grupos com tecnologias diferentes em distantes períodos de tempo.

Em relação a vida dos Guarani, que eram a maior etnia na região, Cardozo (1988, p. 21), aponta que:

Os guarani, no tempo da conquista, não haviam saído totalmente da idade Neolítica: Seus costumes, suas ferramentas, sua organização sociais estavam alinhadas com essas características daquela idade da humanidade. Apesar de que em sua linguagem já tinham palavras designadas para o ouro (*cuarepotyyú*), a prata (*curepotytín*), o cobre (*cuarepotyné*), e do ferro (*cuarepoty*) não existem recordações em nenhum documento daquela época de que havia encontrado no poder deles instrumentos de metal algum. No obstante, o espírito de compreensão e interpretação dos fenômenos da natureza era bastante desenvolvidos.

Os conhecimentos dos Guarani não se pautavam na busca pela ampliação da produção de alimentos, na elevação de lucros, no aumento do poder. A compreensão da filosofia de vida dos indígenas fizeram com que os europeus os subestimassem, crendo que pelo simples fato desses povos não terem a ganância pelo poder e por bens materiais, os tratavam como ignorantes, não compreendendo que a questão do indígena é de vida, de ser, de existir, o que não os tornam menos desenvolvido, podendo ser mais desenvolvidos do que os próprios europeus que os subjugarão, um dos principais aspectos que demonstram esse desenvolvimento é apontado por Cardozo:

A maior prova da evolução mental de um povo é seu próprio idioma. A língua guarani é uma das mais perfeitas, harmoniosa e completa de todas as demais vernáculos, o qual é também uma demonstração do grau de civilização em que havia chegado, relativamente, a nação guarani. (CARDOZO, 1988, p. 25).

A história oficial remete que os primeiros habitantes não indígenas chegaram na região centro do estado no ano de 1847, instalando-se nas margens do rio Ivaí, fundando assim a Colônia Thereza Christina, entretanto

bem antes, no ano de 1524 os espanhóis já tinham o conhecimento dessas terras, chegando a criar vilas e reduções na região. Conforme será tratado adiante, a atravessavam a região como rota para chegar na região da atual cidade Assunção, no Paraguai, utilizando o caminho do Peabiru para esse fim,

O caminho do extenso território do Guairá foi aberto pela primeira vez pela passagem dos conquistadores, por Aleixo Garcia, um dos náufragos da expedição de Juan Días de Solís (...) Atraído pela notícia da existência de riquezas mais ao ocidente, este audaz europeu, na companhia de outros, se lançou guiado pelos Carijós (...) Cruzou desde a costa do Atlântico, passou pelo Norte do Iguaçu, passou pelo Paraná, e entrou no atual Paraguai, pela região de onde corre o Monday, saindo onde está atualmente Assunção. (CARDOZO, 1988, p.34).

Já em 1541, há uma nova e importante questão na região, a expedição de Núñez Alvar Cabeza de Vaca, segundo relatos do líder da expedição, e publicado posteriormente no livro *Naufragios y Comentarios: Com de Cartas*, aponta-se que *No 7 do mês de dezembro chegaram em um rio que os índios chamam de Tacuari, este é um rio que leva boa quantidade de água e tem boa correnteza, na ribeira há um povo de índio que seu principal se chama de Abandobi* (Cabeza de Vaca, 1920, p. 170), na versão em português, a nota da página 29 aponta que o rio Tacuari é o mesmo rio Ivaí, onde Cabeza de Vaca transpôs acima do Salto Ubá.

Schüler Sobrinho (2000) em sua pesquisa na busca para compreender a origem do Caboclo do Contestado, buscou por meio de livros e documentos em bibliotecas de cinco países diferentes, onde ele conseguiu mapear sete entrepostos de espanhóis criados por Cabeza de Vaca entre os atuais estados de Santa Catarina e do Paraná, sendo dois desses localizado na região central do Paraná, segundo Schüler Sobrinho (2000, p. 67) o oficial Álvaro Núñez Cabeza de Vaca e outros espanhóis, no dia 07 de dezembro de 1541 chegaram no Rio Tacuari, deixando quatro espanhóis, estabelecendo o quinto entreposto.

Após o estabelecimento desse entreposto, o grupo entrou em um local de obstáculos, conforme descrito:

Desde o lugar do Tugui foi caminhando o governador com sua gente até o dia 19 do mês de dezembro, sem achar nenhum

povoado, onde tinham grande trabalho para caminhar por causa dos muitos rios (...), para passar as pessoas e os cavalos, se fizeram entre dez e oito pontes, tanto para os rios como para os pântanos, havia muitas e muitas dificuldades, e assim mesmo passou-se as grandes serras e montanhas muito ásperas e cheias de bosques de canas muito grossas e que tem pontas muito afiadas e duras, e de outas árvores que poder passar iam sempre adiante vinte homens cortando e abrindo caminho, e foram muitos dias para passa-las. (CABEZA DE VACA, 1920, p. 172).

Na edição em português, na página 32, há uma nota apontando que essa região de grandes obstáculos seria a Serra de Caaguazú, no Paraguai, entretanto, discorda-se desse apontamento, pois há uma enorme discrepância espacial e temporal, pois entre o Sexto Entrepasto no Rio Ivaí e esse serra há mais de 500 quilômetros, e, também não teria como chegar a essa serra e após voltar a região do Ivaí em pouco tempo, conforme será descrito a seguir, dessa forma acredita-se que a serra em questão seria a Serra da Pitanga, pois no dia 19 de dezembro Cabeza de Vaca chegou na nascente do Rio Cantu localizado na Serra da Pitanga, no povoado de Tugui, onde ficaram hospedados (Cabeza de Vaca, 1920, p. 172), hoje município de Pitanga, cerca de 10 quilômetros da atual área urbana do município, há um relato de Cabeza de Vaca sobre a região:

Porque há naquela terra pinheiros muito grandes, e são tão grandes os pinheiros, que quatro homens juntos, com os braços estendidos, não podem abraçar um, e muito altos e retos, (...). As pinhas são grandes, os pinhões do tamanho de bolotas, a casca grande, e eles são como castanhas, diferentes no sabor dos da Espanha, os índios os comem e deles fazem farinha para seu mantimento. Por aquelas terras há muitos porcos selvagens e macacos que sobem em cima dos pinheiros e derrubam tantas pinhas quantas conseguem, para depois descer comer juntas no solo. Muitas vezes acontece que os porcos selvagens ficam aguardando os macacos para então irem comê-la. (CABEZA DE VACA, 1920, p. 173).

No dia 28 de dezembro o grupo de Cabeza de Vaca deixou o povoado de Tugui, e chegaram a um rio muito caudaloso e largo, e de grandes correntezas e hondas, e na ribeira havia muitas árvores (Cabeza de Vaca, 1929, p. 175), sendo esse o rio Piquiri, mais especificamente o Alto Piquiri, Cabeza de Vaca na mesma página aponta que demoraram quatro dias para conseguir atravessar o rio. Schüler Sobrinho (2000, p. 68), aponta que nesse

local Cabeza de Vaca mandou dois enviados a Assunção com mensagem aos oficiais lá residentes, anunciando sua chegada e os motivos de sua expedição; deixou no local 15 homens para a instalação do sexto entreposto e desceu em direção ao rio Iguaçu, chegando no dia seis de janeiro, indo caminhando por terra adentro sem achar povoado algum, vieram a dormir na ribeira de outro rio caudaloso de grandes correntes e de muitos canaviais, de onde se tiravam larvas das canas para comer (Cabeza de Vaca, 1920, p. 176), sendo esse o Rio do Cobre, localizado atualmente no município de Marquinho, sendo essa a última parada nas proximidades da região centro do Paraná.

Outro fato importante foi o fato de Cabeza de Vaca proibir contatos hostis entre os membros da expedição e os indígenas, com o propósito de mantê-los pacíficos, prestativos e confiáveis. (Schüler Sobrinho, 2000, p. 69).

Treze anos após a expedição de Cabeza de Vaca, no ano de 1554, os espanhóis Bartolomé Justiano, Juan de Salazar, o português Ciprian de Góes e mais trinta e seis homens vaqueanos, saíram de São Vicente em São Paulo e direcionaram-se até os campos de Curitiba, de lá seguiram para Assunção, percorrendo o mesmo caminho que Cabeza de Vaca, ao chegar ao Adelantado informaram que os entrepostos estavam demograficamente crescendo e que quase todos os homens que lá foram deixados há mais de dez anos estavam casados e já tinham muitos filhos. (Schüler Sobrinho, 2000, p. 189), Cardozo (1988, p.39) traz que a rota aberta definitivamente por Alvar Núñez Cabeza de Vaca, desde então foi utilizada para o tráfico de muitas pessoas vindas da Europa com destino a Assunção. Portanto, houve uma grande movimentação na região, e assim, também, pode-se notar que os primeiros moradores não indígenas não foram os franceses na colônia Thereza Christina, muito menos os colonos europeus advindos no final do século XIX e início do século XX. A praticamente 500 anos essas terras são ocupadas por não indígenas, habitadas por espanhóis, mas que foram negados pela história e pelo Estado principalmente pela questão de fronteiras, pois se assumissem a presença de descendentes de espanhóis na região as questões de definições fronteiriças poderiam tomar outros rumos.

Outro importante acréscimo quantitativo em relação a população não indígena na região, foram os estabelecimentos das vilas e das reduções jesuíticas, sendo as principais a primeira Vila Rica do Espírito Santo, surgindo

em 1570 e desmantelada em 1589, e a segunda Vila Rica do Espírito Santo, que surgiu em 1589 e desmantelou-se em 1632, segundo Cardozo (1980, p. 50):

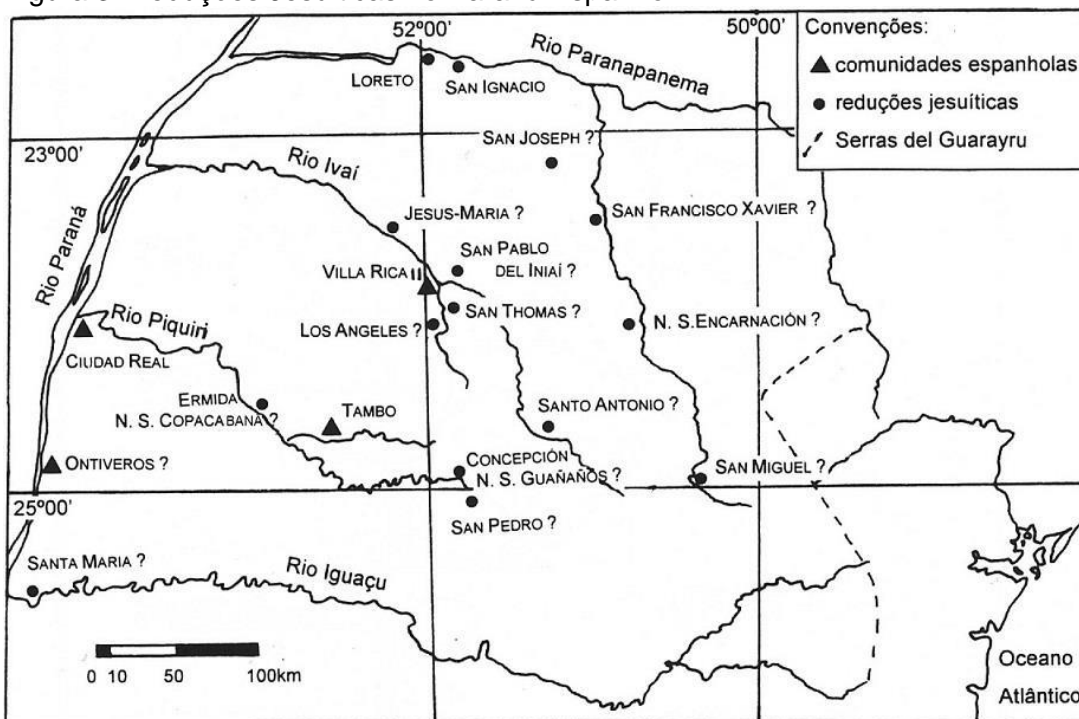
Estando Melgarejo na Cidade Real, de onde era Capitão de Guerra e Justiça Maior, teve notícias vindas de Assunção que certo metal, que daquela província foi levado ao Peru, teria muito ouro e era coisa muito rica e que por certos (...) e sem esperar a vinda do Adelantado a província resolveu por si, sem ordem e nem mandado por nada, a ir fundar um povo cerva dessas minas. Partiu da Cidade Real em fevereiro de 1570 com quarenta homens e cinquenta cavalos, rumo ao oeste. A sessenta léguas da Cidade Real, no primeiro dia de Páscoa do mesmo ano, em maior mais ou menos, em um lugar bem parecido, a três léguas das minhas, fez-se edificar uma igreja e levantar ao lado uma cruz, logo mandou construir ali uma fortaleza coberta com telhas de pinos (...) para refúgio e defesa das pessoas, repartiu entre as pessoas solares para suas casas, terras para suas chácaras e índios para seu serviço, nomeou como administrador Luis Osorio, natural de Avila, conquistado vindo da Espanha como Alvar Núñez, deu o nome da cidade de Vila Rica do Espírito Santo.

Assim formou-se a primeira Vila Rica do Espírito Santo, localizada nas margens do rio Cantu, próximo de sua foz no rio Piquiri, onde atualmente localiza-se o município de Nova Cantu, essa vila durou até o ano de 1589, quando o capitão Guzman determinou a transferência desta vila para junto da foz do rio Corumbataí com o rio Ivaí, no atual município de Fenix, esta mudança foi considerada ruim pelos habitantes da vila, pois no local da primeira fundação existiam abundância de recursos naturais e maior quantidade de índios (Parellada, 2005, p.12). Após a transferência dessa vila, o local passou a ser chamado de Tambo, ou, de Tambo das Minas de Ferro.

A segunda Vila Rica do Espírito Santo, assim como a província do Guairá ganhou importância na América Espanhola. A província do Guairá foi uma das mais povoadas de todas as terras ocupadas pelos Guarani, somente nos arredores da Vila Rica do Espírito Santo existiam mais de duzentos mil índios (Cardozo, 1988, p. 18), e segundo estudos arqueológicos a área urbana da segunda Villa Rica tinha cerca de 300.000 m², possuindo ruas com 10 a 12m de largura, que se cruzavam em ângulos retos. A maioria das quadras media 100x 100m, sendo cercadas por muros em taipa de pilão, com altura de 1,80m e largura variando de 0,60 a 0,90m (Parellada, 1995, p. 50).

A grande quantidade de pessoas habitando essa região, principalmente de indígenas não cristãos, despertaram o interesse em evangelizar essas pessoas, no ano de 1607, o governador do Paraguai Hernandarias de Saavedra no seu relato a Felipe III insiste na importância da catequização de tribos indígenas do Guairá, por serem muito numerosas em relação à quantidade de espanhóis, pois desta forma se conseguiria conquistar a região sem armas. (Parellada, 2005, p.15), a mesma autora, informa que nessa carta relatava que em Villa Rica do Espírito Santo havia uma população de 100 colonos espanhóis, e ao seu redor cerca de 150.000 índios (PARALLADA, 2005, p.15). Dessa forma foram criadas quinze missões Jesuíticas na província de Guairá, como pode ser observado na figura 03, as reduções no Guairá eram segundo Chmyz (1976, p. 79) e Parallada (1997, p. 16): *Nuestra Señora de Loreto, San Ignacio Mini, San Francisco Xavier, San Joseph, Nuestra Señora de Encarnación, Santa Maria, San Pablo del Iniaí, Los Angeles de Taitaoba, San Miguel, San Thomas, Jesus-Maria e Ermida de Nuestra Señora de Copacabana, Concepción de Nuestra Señora de Guañaños, Santo Antônio e San Pedro*, sendo que as três últimas localizavam-se na atual região central do estado do Paraná.

Figura 3: Reduções Jesuíticas no Paraná Espanhol



FONTE: PARALLADA (1997, p.10)

As vilas e reduções duraram até o ano de 1632, onde foram destruídas pelos Bandeirantes, sendo a primeira destruída no ano de 1627, conforme Parellada (2005, p.17) com a bandeira comandada por Raposo Tavares, ocorreu a destruição da primeira redução jesuítica, Santo Antônio; e daí por diante as outras reduções foram sendo sucessivamente arrasadas pelos paulistas, ou abandonadas pelos índios e jesuítas, e no ano de 1632 foi o desmantelamento da Vila Rica de Espírito Santo, onde a vila foi sitiada durante três meses pelos bandeirantes, já em relação as reduções:

A primeira a ser destruída foi a redução de San Antonio (...) de onde se levaram dois mil e quinhentos índios, que depois, muitos escaparam, Em seguida foi a vez de San Miguel e Jesus Maria, onde foi aprisionado o famoso cacique Güyraberá, as reduções de San Javie e de San José foram evacuadas e logo todas as demais. (CARDOZO, 1988, p. 138).

Cardozo aponta também que o tráfico de índios foi tão violento e tão intenso nesse período, que chegou a desvalorizar os escravos, as primeiras vítimas foram os guarani dos fundos orientais da Província de Guairá. *Para caça-los, os bandeirantes baixaram do altiplano como avalanches avassaladores, levando por adiante sangue e fogo, destruindo, matando e abaixando os infelizes como gados para o abate* (Cardozo, 1988, p. 133). Mesmo com essa dizimação e migração forçada, muitos dos indígenas, espanhóis e miscigenados conseguiram fugir e continuaram na região,

Essa miscigenação entre indígenas, espanhóis e portugueses resultou no aparecimento dos caboclos, segundo Fraga (2006, p. 122) os habitantes dos sertões de Santa Catarina e Paraná pertenciam a várias raças, dentre as quais mouros, índios, negros, que com o tempo se foram miscigenando, criando um novo tipo de homem, nomeado de caboclo, ou, ainda, homem da cor do pinhão, essa miscigenação foi além de marcar traços fenotípicos notório, como a *pele com a cor de pinhão*, a miscigenação influenciou a cultura, os modos de vestir e de se alimentar e produzir alimentos, conforme é descrita por Schüler Sobrinho (2000, p. 178):

O homem da cor de pinhão planta milho, embora em pequena escala, com o qual tratava parcialmente os animais, pois a natureza abrigava-os quanto ao sustento; fazia do milho a quireira e canjica, dois dos principais alimentos que adicionados

om o feijão, constituía a base de carboidratos da alimentação. Abatia o suíno que criava em torno se sua choupana e dele tirava a banha e a carne que, acrescida à carne bovina, inteirava a proteína. O suíno depois de morto, era simplesmente cortado em duas partes, no sentido longitudinal e colocado em um estrado sobre o braseiro e ali permanecia sendo defumado o que o mantinha por muito tempo. A carne bovina era transformada em charque e igualmente armazenada. Tiravam o leite, sujo excedente era colocado em chifres – chamavam-nos de guampa – o qual se transformava em coalhada. Criavam aves e mantinham um pequeno quintal no qual cultivavam salsa, cebolinha e couve.

E em relação a agricultura e a pecuária:

O plantio era processado por três instrumentos básicos: a enxada, a foice e o machado, com a metodologia copiada dos indígenas que já faziam a queimada (...) além da queima e roçada para a limpeza do indispensável e, assim mesmo, sumariamente, pelo conhecido processo indígena da coivara, (...) os animais mantinham-se soltos e eram vigiados para que não se distanciassem em muito da casa do proprietário, enquanto eram construídas taipas que delimitavam a propriedade e mantinham os animais cercados. (SCHÜLER SOBRINHO, 2000, p. 179).

Os relatos de Cabeza de Vaca vão na mesma vertente, lendo-os dá para se ter noção da alimentação dos indígenas e como são similares aos dos caboclos:

Toda essa terra é muito alegre e de muita água e bosques; toda as pessoas desses povos semeiam milho e mandioca e outras sementes, e batatas de três maneiras: brancas, e amarelas e vermelhas, muito grossas e saborosas e criam patos e galinhas, e tiram muito mel das árvores. (CABEZA DE VACA, 1920, p. 175).

Essa cultura miscigenada entre a indígena e a europeia difundiu-se pela região, pois o certo é que com o aumento significativo de europeus e miscigenados em todos os entrepostos deixados por Cabeza de Vaca, uma grande parte foi paulatinamente se infiltrando na selva e povoando uma região rica em caça e em alimentos, despontando, naquela época, o pinhão e as frutas nativas. (Schüler Sobrinho, 2000, p. 199). No atual município de Pitanga, há indícios desse contato entre os indígenas, espanhóis e portugueses, em um dos trechos melhor preservado do Caminho do Peabiru, encontra-se rochas com gravuras tanto de indígenas quanto dos europeus, conforme pode ser observado na figura 04.

Figura 4: Gravuras no Basalto, realizado por indígenas e europeus



FONTE: GONÇALVES, 2015.

Após todos esses acontecimentos, a região entrou em um processo de aparente calma, não havendo grandes incrementos populacionais ou modificações expressivas registradas na história, tendo registros apenas no século XIX, com a instalação da colônia francesa Thereza Christina, que foi fundada em 1847 pelo médico francês Jean Maurice Faivre, localizada as margens do rio Ivaí, na região central do Paraná, sendo hoje um distrito do município de Cândido de Abreu, é também, importante considerar que não havia apenas famílias estrangeiras vivendo na colônia, ao contrário, no ano de 1858, segundo carta do próprio fundador ao Presidente da Província do Paraná, haviam 37 famílias brasileiras e apenas seis francesas. (Eurich, 2012,

p. 22). Entretanto a colônia não durou muito tempo, grande parte dos moradores a abandonaram e se direcionaram para a Serra da Pitanga, segundo Eurich (2012, p. 22):

O fracasso da experiência da colônia teria levado inúmeros estrangeiros a Serra da Pitanga. Contudo, a data de fundação da colônia e da chegada dos primeiros povoadores da Serra da Pitanga coincidem, teriam estes desistido do projeto da Colônia Thereza Christina em seu primeiro ano.

Mas na Serra da Pitanga, também se estabeleceram paranaenses e paulistas. Os irmãos paranaenses Elias do Nascimento e Manoel Martiniano de Freitas também entraram no sertão e se estabeleceram na localidade denominada Tigre (Eurich, 2012, p. 24), hoje na divisa entre os municípios de Pitanga e de Santa Maria do Oeste, ainda segundo a historiadora, no ano de 1897, outras famílias chegaram na região do rio Batista. A partir disso, a região foi recebendo importantes levas de migrantes.

A grande maioria desses colonos vieram da região de Irati e da localidade dos Patos, hoje município de Prudentópolis, segundo, Lurkiv (1999, p.17), não há registros de que a Serra da Pitanga tenha sido uma colônia previamente projetada, mas, parece-nos que ela foi mais efetivamente procurada, a partir da reacomodação interna de imigrantes europeus instalados no Paraná, assim pelos dados disponíveis, o contingente mais expressivo da leva de colonização teria sido imigrantes ucranianos e poloneses, inicialmente estabelecidos na colônia de Prudentópolis, fundada em 1904 e que, posteriormente, em 1914, deslocaram-se à Serra da Pitanga. (1999, p. 18).

Nessa época, o Brasil estava passando por um período de grande entrada de imigrantes, principalmente na região Sul do país, imigração essa mais que desejada pelos governantes do país:

Para o governo, o imigrante europeu deveria ser um agente modernizador da sociedade e da economia brasileira, dado que era detentor de novas experiências agrícolas e de criação, com técnicas artesanais novas, com outros hábitos de vida, enfim, para ser o agente transformador da sociedade brasileira em formação e, sobretudo, esperava-se que este contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado. Hauresko (2009, p. 245).

Isso é evidenciado pelo decreto de 28 de junho de 1890 que concede:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. (BRASIL, 2016).

E também pelo Decreto-Lei n. 7967 assinada por Getúlio Vargas em 18 de setembro de 1945,

Art. 1º Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional. (BRASIL, 2016).

Leis que surgiram durante um período em que a ideologia do branqueamento predominava no Brasil, inclusive com respaldo científico, como o Racismo Científico, um dos grandes expoentes dessa teoria no Brasil foi o sociólogo Sylvio Romero, que afirmou que:

Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a reponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: — de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração europeia. (ROMERO, 1880, p. 53).

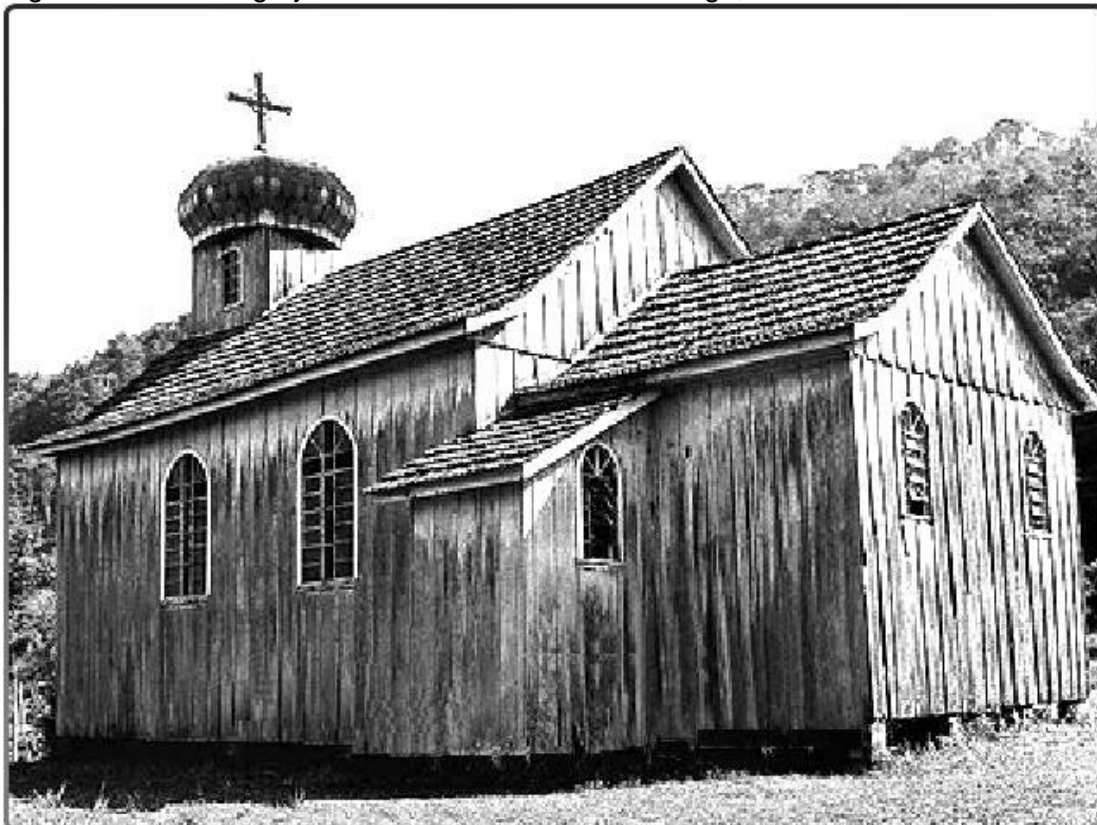
Na mesma vertente, Diwan (2007, p.87) cita que esse projeto de branqueamento populacional trouxe fortes consequências para o país:

O projeto engendrou um quadro social, político, histórico que, entre outros elementos, legitimou a idéia da inferioridade da população negra e da superioridade da população branca, não apenas pelo elemento da escravidão, mas pela tentativa de tornar o Brasil um país de brancos e, portanto, um país desenvolvido e limpo. No que se refere à política eugenista havia a intenção de purificar a raça e aperfeiçoar o homem a cada geração. Esse aperfeiçoamento pautava-se na extinção de todos os tipos contrários ao ideal de belo e de força.

Dessa forma numerosos colonos foram atraídos para a região, com a busca de não povoar, e sim, dar um uso capitalista naquelas terras, ao passo

que chegavam, traziam consigo sua cultura, buscando manter as bases culturais como o idioma, alimentos e religião, sendo que em 1933, dez anos após a chacina, já havia a primeira igreja Católica Ucraniana Ortodoxa em Pitanga, como pode ser vista na figura 05.

Figura 5: Primeira Igreja Ucraniana Ortodoxa de Pitanga, no ano de 1933.



Fonte: Acervo da Câmara dos Vereadores de Pitanga, 1933.

Entende-se por colono no seu significado mais geral, como sinônimo de agricultor de origem europeia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização (Seyferth, 1991, p.38), o fato de buscar manter suas bases culturais não impediu com que esses povos recém-chegados tivessem mudanças em seus hábitos, pegando costumes e aspectos culturais presentes na vida dos caboclos, é o que os antropólogos chamam de acaboclatização.

Schüler Sobrinho (2000, p. 170) vem na mesma vertente ao afirmar que:

Os italianos e os alemães no Brasil meridional e na Argentina, ambos, godos, portanto de uma só origem étnica, mesclando-se com mouros, visigodos, mouriscos, memelucos, cafuzos e este sem número de combinações étnicas diferentes. Mais

tarde os poloneses e russos, igualmente godos compartilharam dessa complexa miscigenação, sentizada como O CABOCLO.

Essa caboclatização está presente nos aspectos culturais, nas crendices, nos ensinamentos do monge João Maria², a comida rústica, nas palavras e frases, e, assim mesmo esse povo com traços caboclos renega a esse povo, buscando uma identidade distante, querendo firmar-se como uma Pitanga de descendentes de europeus, e esquecem a origem mestiça, vindo dos indígenas e caboclos. O caboclo é isso, são os traços fenotípicos, mas vai além, é aquele que se identifica com essa etnicidade, é aquele homem, é aquela mulher que adentrou nas dimensões culturais do território caboclo.

Perante esse contexto de uma história de massacre indígenas na região desde o século XVI, da chegada dos colonos na região, de uma ideologia presente no país que remete ao branqueamento populacional, da procura por novas terras, tem-se um novo conflito na região, agora envolvendo os Índios Kaingang e os colonos. A década de 1920 foi marcada por graves acontecimentos na região da Serra da Pitanga, nas margens direita do rio Ivaí. O povoamento da região entrava num processo cada vez mais acelerado e se chocava com as tribos estabelecidas nos diversos toldos³ ali existentes. (MOTA, 2008, p. 189)

Conflito que ficou marcado na região, e ao ouvir os relatos dos moradores locais fica notório quão grande era o interesse que os colonos tinham sobre as terras indígenas. Segundo Eurich (2010, p. 79), com o tempo, os colonos começaram a reduzir a reserva dos Kaingang, e estes iniciaram uma onda de saques aos sítios, furtando porcos para a alimentação, por exemplo: as reservas dos índios Kaingang, foram definidas pela primeira vez pelo decreto número 8 de 09 de setembro de 1901, e ficaram com um total de 36.145 ha, entre o rio Ubazinho e o Rio Jacaré, a margem direita do rio Ivaí, no entanto com o decreto número 294 de 17 de abril de 1913, surgindo a pedido do Cacique Paulino Arakxó, houve uma nova mudança, movendo as reservas indígenas para o lado esquerdo do Rio Ivaí, deixando o lado direito do rio para

² Figura ligada aos caboclos na Guerra do Contestado e ícone do mundo caboclo no Sul do Brasil.

³ Terras Kaingang.

o estabelecimento de colonos, Contudo, nem o governo do estado e nem o Serviço de Proteção ao Índio fizeram a demarcação dessas terras.

Vale destacar que nessa nova demarcação havia terrenos particulares, onde já havia criações de suínos e plantio de milho, e que posteriormente ocorreu a extração da erva mate e da madeira, sendo esse o principal ponto de interesse do capital, segundo Eurich (2012, p. 19) a população indígena recenseada em todos os toldos do Ivaí segundo o relatório era de 504 pessoas e estimativa de 296 não recenseados, dando um total de 800 indígenas. Porém, o relatório ainda afirma que um recenseamento mais completo apuraria um número superior a 800 indivíduos na região no ano de 1923.

Então, no mês de abril de 1923 ocorre o conflito, os colonos estavam cientes tanto pelo aviso dos índios no final de março, como pela movimentação suspeitas, que a qualquer momento os indígenas invadiriam a vila (Eurich, 2012, p. 45). Esse conflito foi altamente coberto pela imprensa da época, conforme é apontado por Mota (2008) e Eurich (2012), onde eles historicizam o ocorrido e trazem informações e análises detalhadas sobre o caso, segundo Eurich a invasão iniciada no dia 02 de abril com arrombamentos e saques as casas só resultou em mortes após colonos tentarem combater os índios. Após isso houve a emboscada dos índios à família de Manoel Lourenço e um tiroteio com três mortos.

Conflito foi iniciado principalmente devido a questões de terras, pela diminuição do território dos indígenas.

Os acontecimentos da serra da Pitanga e a tentativa de amedrontar os homens da cia. colonizadora revelam, mais uma vez, que os Kaingang não assistiam passivamente à ocupação de seus territórios. Mesmo os aldeados necessitavam das matas para manter seu modo de vida e faziam incursões contra os brancos desde o início do século XIX. A tática de atacar, retornando em seguida para o refúgio seguro dos aldeamentos (MOTA, 2008, p. 195).

Ainda, na mesma lógica, Eurich (2012, p. 107) traz que:

Fica claro na leitura do processo que a causa principal da invasão da vila, inicialmente, seria a reivindicação das terras, que segundo os indígenas eram de sua propriedade. Conforme os depoimentos, avisos foram dados aos habitantes do lugar

para que estes se retirassem. Seguiu-se o saque e as mortes de ambos os lados.

O caso teve por fim o *Decreto* número 128 de 07/04/1924, que *definiu as terras indígenas, entretanto, segundo Eurich (2012, p. 76)* se calcula que 60 homens e mulheres foram mortos e 25 crianças mortas e desaparecidas, sendo desses apenas três colonos, o restante todos indígenas. Apesar de todo o conflito e derramamento de sangue, *segundo Mota e Novak (2008)*:

[...] o Decreto de 1924 não significou que os Kaingang tivessem assegurado seus territórios, pois a sociedade branca que vivia nos arredores continuou seu processo de expansão, ocupando vários pontos de áreas já demarcadas. Recomeçou, dessa maneira, um novo movimento de reocupação de áreas indígenas.

Ainda, Favaro demonstra que:

Depois de algum tempo, após novas pressões e novas iniciativas do governo estadual, novos decretos foram elaborados, incorporando às companhias de colonização novas extensões dos territórios Kaingang no vale do Rio Ivaí. Na metade do século XX, estas áreas passaram por um processo de demarcação, fruto de um acordo entre a União e o Estado do Paraná, para beneficiar as Companhias de Povoamento. Com a justificativa de reestruturar as áreas indígenas, o acordo de 12 de maio de 1949 expropriou grande parte dos territórios Kaingang, demarcados em decretos anteriores. (FAVARO, 2014, p. 44).

Durante os trabalhos de campo, quando se realizou as entrevistas, ficou nítida o desconforto dos moradores locais sobre a questão do conflito, demonstram que não querem tocar no assunto, sempre afirmando que não sabem muita coisa, conforme pode se verificar nesse trecho da entrevista número 1, de 92 anos, nascida na localidade de Patos, hoje Prudentópolis, veio para Pitanga no ano de 1938, então com 16 anos de idade. A entrevistada, chega a mudar a entonação da voz quando responde sobre do conflito com os indígenas:

Quando nós viemos não tinha, os índios estavam todos em Manoel Ribas, aqui não tinha mais, pois já tinham atropelado eles, não tinha mais índios, eu fiquei sabendo um pouco, eu não sei como é que foi. Sei que os moradores fizeram uma igreja ali onde agora é a delegacia, e os índios faziam baile lá e dançavam e o povo se revoltou e começou a briga, depois foi chegando mais gente e foi aumentando, daí fizeram uma outra igreja lá em baixo, aquela igreja queimou duas vezes, não sei porque, uma vez diz que bateu raio, outra vez não

sabem, diz que acendeu de uma vela, e outra vez o vento quase derrubou, entortou, e depois que construíram essa. Não sei o que aconteceu.

Esse incêndio na igreja que é relatada pela entrevistada faz parte da história pitanguense, é muito comentado pelos moradores, alguns afirmam que os indígenas colocaram fogo nela, e outros, chegam a afirmar que os próprios colonos colocaram fogo na igreja com os indígenas lá dentro, entretanto, não há indícios de que nenhum dos acontecimentos e relatos seja realmente verdade não há documentos e nem provas de que isso tenha acontecido.

A entrevistada 2, na entrevista, também comenta sobre o conflito: *conta-se que o primeiro foi os índios que queimaram, mas não se tem uma certeza, contam também que eles mataram os moradores, e uma mulher grávida de gêmeos, então, a gente ouviu contar, não se testemunhou.*

Outro relato ocorreu por meio de uma conversa, onde ambos os entrevistados iam complementando as informações, essa entrevista ocorreu com três pessoas ao mesmo tempo, a entrevistada 3 com 78 anos, sua irmã, a entrevistada 4 com 75 anos, e seu o esposo, o entrevistado 5 com 79 anos. A entrevistada 3, fala que sabe pouco sobre o conflito, *eu lembro pouco dessa história, meu tio lutou contra os índios, mas depois ele ficou louco, daí era a mãe contava pra nós sobre a Guerra dos Índios* então, entrevistada 4, a interrompe e fala: *a mãe viu um bugrão⁴ morto dentro do rio, ela falava morreu muito índio, cortavam os índios com o facão*, o entrevistado 5, demonstrando desconforto, então fala que *os índios que atacaram, o povo criava porco e os índios tentavam roubar os porcos e milho*, outro ponto interessante dessa entrevista, é que na parede há uma imagem do Monge João Maria.

O entrevistado 6, com 86 anos, vindo do município de Rio Negro – PR, no ano de 1937, e relata que quando chegaram em Pitanga:

Tinha que se cuidar, os índios atacavam, mas eu já não corria mais perigo, mas tinha que se cuidar, pois (os moradores mais antigos) tinham entrado na briga com os índios, pois os índios não queriam deixar o povo entrar, depois os índios foram ficando manso e agora andam por tudo que é parte, eu conheço o terreno dos índios em Manoel Ribas.

⁴ Modo como as pessoas da região se referem aos indígenas.

Tem-se a ideia de que as questões indígenas estão estabilizadas, entretanto sabe-se que isso não ocorre, ainda hoje a população da região trata os indígenas com preconceito e desprezo, os considerando responsáveis pela Chacina, a figura 06 demonstra muito essa questão emblemática, ela registra uma apresentação artística no ano de 1975, na escola da Comunidade da Limeira, interior de Pitanga, que representava os indígenas guerreiros e o padre que os tornariam cristãos civilizados, portanto, essa ideia do índio atrasado perdurou por anos após o conflito, e, não se duvida perdura até os dias atuais.

Figura 6: Apresentação artística na escola da Comunidade da Limeira



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 1975.

Depois desses acontecimentos, outro fato marcante para a região foi a diminuição do comércio da Erva Mate na década de 1930, assim gerando mudanças nos quadros econômicos regionais, sendo que na década de 1940, a principal atividade econômica era a criação de porcos, entretanto, essa também já apresentava um declínio.

No mesmo período ocorre a instauração do município, que até então era distrito do município de Guarapuava, sendo elevado à categoria de município com a denominação de Pitanga, pelo decreto-lei estadual número 199, de 30 de dezembro de 1943, e sendo instalado em 28 de janeiro de 1944, naquela época, o novo município era constituído pelos pela sede de Pitanga e o distrito de Campo Mourão, não há registros fotográficos desse acontecimento, apenas do primeiro aniversário da cidade que demonstra como era a cidade nesse período, sendo marcada fortemente pelos pinheirais e a presença da igreja matriz onde hoje é o centro da cidade.

Os relatos dados nas entrevistas, também vão ao encontro com a teoria, onde foi relatado por todos os entrevistados a economia da região era baseada na primeiramente na extração da erva-mate, posteriormente na criação de porcos, e concomitantemente com as duas e de maior duração a extração da madeira, Paula (2015, p. 64), temporiza esses períodos:

A primeira fase importante de acumulação de capital foi a exploração da erva-mate que durou até a década de 1930, posteriormente as safras de porcos representaram a grande forma de gerar riquezas até a década de 1960, tempos esses de exploração da madeira, que também ganhou destaque, porém avançando e devastando a floresta ombrófila mista. (...) Essas atividades alimentaram a acumulação de capital até a década de 1980.

A atividade mais relatada pelos entrevistados foi a criação dos porcos, conforme relato da entrevistada 1:

“Meu marido levava porcos daqui tocados, levava quase um mês para chegar em Ponta Grossa, faziam manadas de porcos, de 400 a 500, daí ia o carroceiro junto, posavam e os porcos eram “costiados”, davam de comer, no outro dia tocavam de novo na estrada. Nós plantava o milho, plantava tudo assim com a madeira, não tinha nem máquina igual agora, era assim com a foice quebrada, mas nós criava tanto porco que um tempo nós não sabíamos quantos porcos tínhamos, eram criados soltos. Antes da peste eram porcos grandes, crioulo, (demonstrando com a mão cerca de um metro altura). Nós criava na beira do rio, nossa casa era na beira do rio, e ele tinha feito 25 alqueire de roça pro outro lado do rio, daí estava um peão cuidando e ele colocou uns 80 para engordar e os outros ele soltava na roça assim para comer, porque eram bastantes né, daí ele já comprou um caminhão para puxar porco para Ponta Grossa, era GMC o caminhão, daí ele foi para Ponta Grossa e voltou e eu falei que estava morrendo porcos por aí e perguntei se ele tinha trazido a

vacina, e ele falou que esqueceu, daí a outra vez que ele foi para Ponta Grossa ele demorou para voltar, começou morrer porco que o peão teve que sair do rancho de tanto corvo, eu olhava do lado do rio, tinha leitãozinho correndo por dentro do rio, as porcas morriam, eram 10, 20 porcos de leitãozinho, as porcas morriam e os leitãozinhos ficavam morrendo, a minha vida ficou muito difícil lá.”

O modo como os porcos eram criados está registrado na figura 07, onde os esses eram soltos entre outros animais, o milho era jogado no chão e todos os animais se alimentavam concomitantemente, não havia a preocupação com a higiene no manejo dos animais, assim, facilitando o surgimento de doenças, como relatada pela entrevistada 1.

Figura 7: Criação de Porcos em Pitanga.



Fonte: Acervo da Câmara dos Vereadores de Pitanga. 1951.

Entretanto, mesmo com uma grande produção de erva-mate, de extração de madeira e a criação de porcos, a riqueza estava concentrada, porém, mesmo assim ainda gerava empregos, posteriormente, em 1985 as madeiras entraram em decadência, foi quando a agricultura “moderna”, advinda da Revolução Verde destacou-se como principal meio de se acumular

capital no campo imprimindo a sua lógica desterritorializante (Paula, 2015, p. 64).

Fávaro (2014, p. 28) traz outros apontamentos que remetem a questão da região:

As primeiras unidades madeireiras, predominantemente serrarias, aparecem em Guarapuava a partir de 1935. Num intervalo de 10 anos, estabelecem-se, no município, 30 unidades e, no final de 1974, já somam 356 empresas no ramo das serrarias, beneficiamento, escritório e depósito. Em Pitanga, foram implantadas no mesmo período 117 serrarias (...) até 1960, boa parte das serrarias estava situada na região de Guarapuava. Porém, os escritórios e os beneficiamentos estavam em Ponta Grossa.

Apenas a extração da madeira, da erva-mate e a criação dos porcos se ocorria na região centro do Paraná, todo o processo de beneficiamento era realizado principalmente em Ponta Grossa, assim como a comercialização, portanto, a produção de matérias primas era extraída em Pitanga, não trazia um retorno, a riqueza gerada ficava nas mãos de poucos e afora. Favaro (2014 ,p.30) traz que:

Para sintetizar os ciclos econômicos que marcam a formação do território, é interessante ressaltar que os mesmos não aconteceram isoladamente um do outro, mas sim, a partir de processo quase simultâneo e até mesmo, integrado em alguns casos. Todos esses ciclos tiveram situações comuns que contribuíram com a formação econômica, social e política, mas principalmente fundiária do território em questão, em especial no que se refere aos seguintes pontos: a) atividades baseadas na exploração da força de trabalho camponesa; b) produtos extraídos no território, porém beneficiados em outros municípios não pertencentes a este recorte, fator que não gerou valor agregado; c) fortalecimento das elites fazendeiras oriundas das sociedades campeiras portadoras do poder econômico e político do território; d) aumento das grandes propriedades de terra, principalmente em extensão de áreas e; e) marginalização da classe trabalhadora/camponesa.

O último e expressivo conflito envolvendo a questão da terra na região foi o Grilo do Tigre, no ano de 1955, onde grileiros, com respaldo de documentos falsos adentraram no município e declararam que aquelas terras eram suas, o fato consistia em uma demarcação de terras, cuja medição foi forjada por supostos proprietários, na região próxima ao rio do Tigre – por isso o nome de Grilo do Tigre. Consistia numa área de 80.000 mil alqueires,

recoberta de floresta de araucárias, cuja abrangência ia da cidade de Pitanga até Manoel Ribas. (Favaro, 2014, p. 48).

Assim expulsando os moradores de suas terras, gerando revolta entre os colonos, a situação piorou ainda mais quando o juiz da comarca deu ganho de causa aos grileiros, segundo Lurkiv (1999, p. 63):

A estratégia era a de se utilizar de serviços de agrimensores, que de posse de mandados judiciais, nem sempre procedentes, iniciavam levantamentos topográficos de estradas e várias outras áreas, com o objetivo claro de questionar a posse ou a propriedade de moradores na área pretendida pelo grilo do Tigre, que com ameaças de medição das mesmas, exigiam dos moradores quantias em dinheiro, com a promessa de não incluí-las na medição e nem medi-las em buscas de excessos de área, ou seja, verificar se a área ocupada não era maior que a constante em documentos.

O caso tomou ainda maiores proporções, quando no dia 25 de abril de 1955, os moradores que perderiam suas terras se reuniram em Pitanga para cobrar do juiz uma resposta, pois eles não concordavam com a decisão judicial:

Os colonos, revoltados, reuniram-se em grande massa no dia 25 de abril de 1955, apoiados pelas lideranças políticas. Procuraram o juiz condutor exigindo a entrega do processo e reivindicavam no sentido de paralisar a medição e a demarcação das terras. Os documentos do referido processo são tomados do juiz e queimados pelos colonos em praça pública. O episódio da queima de documentos pelos colonos marcou a Revolta dos colonos contra o Grilo do Tigre. (FAVARO, 2014, p. 48).

Os ânimos acalmaram apenas quando no mês de novembro uma nova decisão judicial considerou irregular e criminosa a ação dos grileiros. Os relatos desses dias, contam que o comércio e escolas fecharam nesse dia, para aumentar ainda mais o número de pessoas, o fato é relatado com precisão por Lurkiv (1999), onde ele traz análises da história e do processo jurídico de forma detalhada.

A formação da região central centro do Paraná está marcada pelo sangue, a primeira estrofe do hino municipal de Pitanga bem reflete isso “esta terra de lutas severas, foi regada com sangue inocente, o teu povo escreveu nestas serra a história da tua brava gente”, história violenta e marcada por uma

forte desigualdade social e que por muito tempo foi esquecida pelo Estado até hoje.



Ônibus da linha Guarapuava-Pitanga, +/-1950
Fonte: Câmara Municipal de Pitanga 2017.

4. REGIÃO CENTRO DO PARANÁ: O ESPELHO DO PASSADO

ENDEREÇO

*Tem a Serra da Vergonha
é assim o nome dela
tem no meio um assento
daí acima é basalto
daí abaixo arenito
é ali que a onça mora
no contato,
no encontro,
no conflito*
(Barthelmess, 1990, p. 43)

Esse capítulo tem por objetivo realizar análises acerca das atuais condições socioeconômicas que a Região Centro do Paraná apresenta na atualidade, dando destaque para os dados que permitem analisar desde a pobreza até as causas desse fato, como a concentração fundiária e os baixos índices de investimentos públicos na região. Posteriormente será exposto e analisado as entrevistas nos municípios, buscando além de números, mostrar a vida, as pessoas atrás desses números.

Outro ponto de importância para atentar-se ao analisar a região são as materialidades, são os signos e coisificações presentes na região que demonstram através de simbologias a formação sócio-espacial e a realidade local.

Como já mencionado anteriormente, essa região tem com característica baixos índices de desenvolvimento humano, mas antes de partir para as análises dos dados, buscou-se compreender o que é desenvolvimento, ou, por que essa região não pode ser considerada como desenvolvida, e posteriormente, buscou-se analisar os motivos que geraram esse baixo desenvolvimento regional.

Ao abordar o tema desenvolvimento, comumente se remete a discussões de como desenvolver determinada região ou localidade, apontando meios para alcançar o desenvolvimento, ou dos motivos de uma determinada região desenvolver-se menos do que outra região, o chamado

Desenvolvimento Desigual e Combinado, entretanto, é mais raro análises aprofundadas sobre o conceito de desenvolvimento, segundo, assim, buscou-se compreender o que é desenvolvimento, mas principalmente o que é desenvolvimento local, isso devido a escala de recorte da pesquisa, assim, desenvolvimento local é:

O processo social que reúne crescimento econômico com redistribuição e melhoria da qualidade de vida da comunidade a que se refere. [...] Desenvolvimento local diz respeito a aumento e distribuição equitativa da riqueza e graus crescentes de bem-estar da população, medidos por um acesso adequado aos recursos que precisam para viver uma vida melhor: saúde, educação, infra-estrutura (incluindo água, esgoto, eletricidade, ambiente limpo e seguro etc.), casa/terra e crédito, assim como outros elementos mais subjetivos que dependem da percepção da comunidade. (BUSS, 2000, p. 15-16).

Já para Sen (2000, p. 71), o processo de desenvolvimento é crucialmente influenciado pelas seguintes inter-relações (facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais), entretanto, o conceito de desenvolvimento deve ser próximo ao bem estar social, ou seja, a um local desenvolvido deve proporcionar uma boa qualidade de vida, e assim, ao trabalhar esse conceito, deve-se ter cautela para não cair no reducionismo de tratar como desenvolvido apenas as regiões com elevados investimentos de capital, ou, super dotadas de infraestruturas urbanas, pois na questão de qualidade de vida isso não tem ligações intrínsecas com o desenvolvimento local proporcionado pelo capital, vide exemplo os modos de vida dos indígenas e caboclos antes da entrada do capital na região.

Entretanto nos dias atuais, a região está inserida no sistema capitalista, portanto a lógica que predomina é do capital, as transações de comércio se dão por meio monetário, ou seja, aí sim, deve os considerar a importância dos investimentos de capital tanto privado quanto público no processo de desenvolvimento regional⁵.

Logicamente, os processos de desenvolvimento regional e local (lentos ou ágeis) estão entrelaçados com os projetos de desenvolvimento ou de não

⁵ Esse desenvolvimento é tanto econômico quanto social, e os dois nem sempre ocorrem concomitantemente, pois em determinadas situações o desenvolvimento econômico está ligado diretamente ao não desenvolvimento social, como nas economias neoliberais.

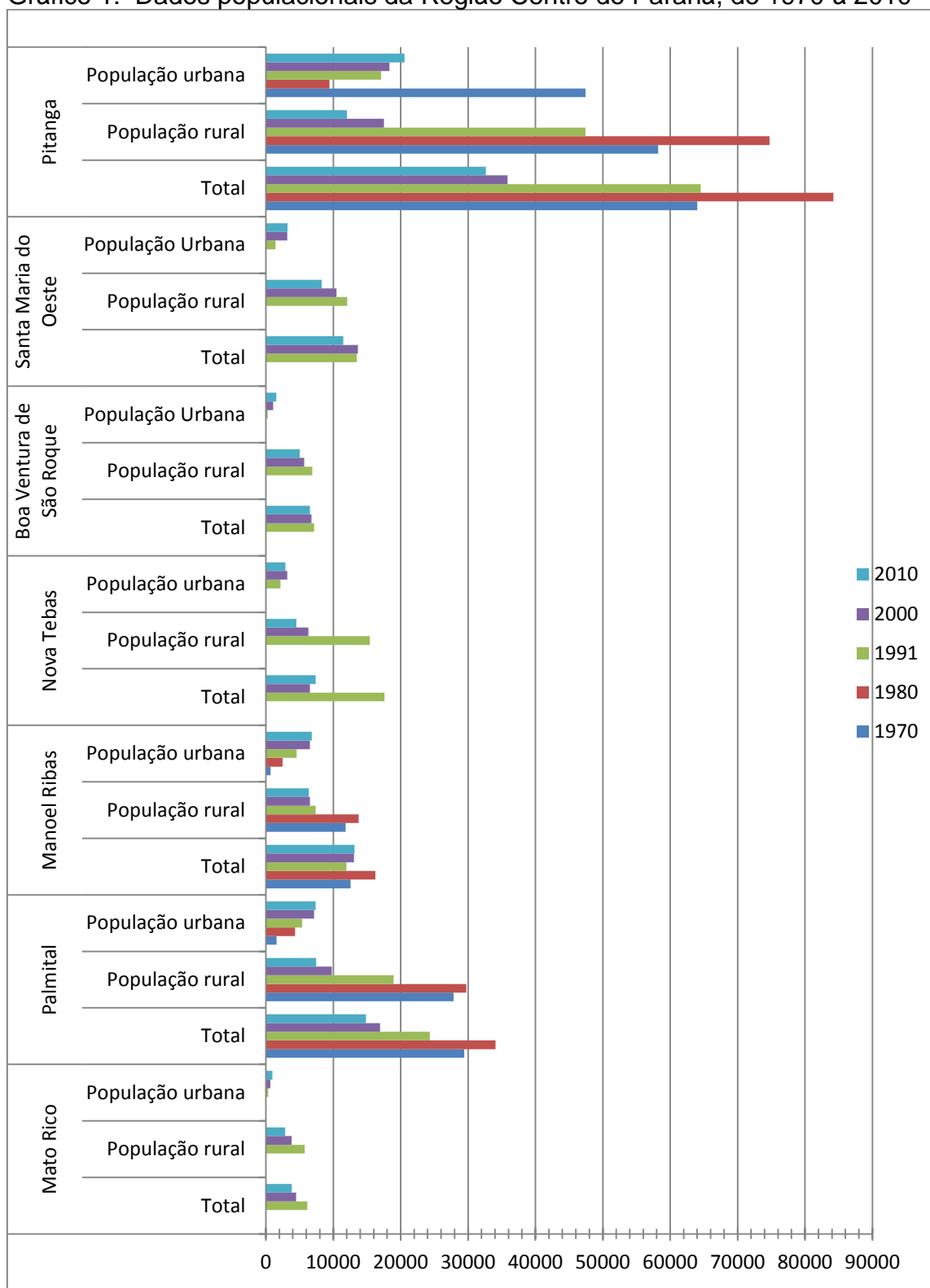
desenvolvimento nacional, esses estão imbricados com projetos maiores, de escala estadual ou nacional, além dos projetos do poder local, sendo que esses podem querer ou não o desenvolvimento dessas regiões.

Na região, a maior força motriz de desenvolvimento se dá por projetos de nível nacional ou estadual, principalmente através de políticas públicas que levam os maiores investimentos para a região, como na construção e manutenção de infraestruturas.

Essa construção de infraestrutura regional se deu de forma lenta, tendo início na década de 1970, com a construção das rodovias de pistas pavimentadas que cortam a região, entretanto, fora isso, nessa região não houveram outros grandes investimentos, assim enfraquecendo a região, não a tornando atrativa para o capital, principalmente para o capital industrial.

Isso, aliado de outros problemas que serão explicitados posteriormente, gera inúmeros problemas para os municípios pertencentes a região, dois desses problemas são, o êxodo rural e a diminuição da população total desses municípios, como pode ser notado no gráfico 1.

Gráfico 1: Dados populacionais da Região Centro do Paraná, de 1970 à 2010



Fonte: O autor, adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A grande queda populacional que ocorreu no município de Pitanga após a década de 1980 tem relações com a emancipação de Boa Ventura de São Roque, Nova Tebas e Mato Rico, assim também justificando a ausência dos dados destes municípios em relação aos censos de 1970 e 1980, pois eles ainda eram parte do território político jurídico de Pitanga. Fora isso, com exceção de Manoel Ribas, todos tiveram queda na sua população total, essa diminuição ocorreu tanto no meio rural quanto no meio urbano na grande maior parte dos municípios da região.

Isso ocorre por diversos fatores como a pobreza, a falta de emprego e de ensino na região, nas entrevistas, essas foram os motivos de vontade de sair dos municípios mais citados nas entrevistas. Os destinos de origem que divergiam entre os próprios municípios, os entrevistados dos municípios menores citavam que desejavam migrar para Pitanga na busca de melhores condições de vida, pois lá conforme a entrevistada 08 relata:

- Em Pitanga tem emprego, pode ser de diarista, mas tem, e minha filha quer continuar os estudos (Realizar um curso de graduação) e lá tem faculdade, aqui em Santa Maria não tem nada, e fica difícil pra ela. (Entrevistada 08).

Nas entrevistas, algo chama atenção, pois os entrevistados que moravam em Pitanga, tendiam a responder que gostariam de morar nos municípios de Guarapuava, Curitiba ou no estado de Santa Catarina, já nos outros municípios, a tendência foi de responder que também gostariam de morar nesses municípios, mas também incluíam Pitanga, e no caso de Manoel Ribas, incluíam também o município de Ivaiporã como destino, e todos na busca de melhores condições de vida.

Não se pode deixar de mencionar que houve uma melhora significativa na qualidade de vida da região, essa melhora está atrelada ao crescimento nos investimentos de infraestruturas, tanto por parte do governo federal quanto estadual, esses investimentos se deram em estruturas para atendimento de saúde, de educação, em redes de água encanada e de coleta de esgoto.

Através desse meio, pode notar-se a evolução no quadro de dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), esse índice corresponde à mesma metodologia do IDH Global, porém adaptada para a

realidade municipal. Segundo o PNUD (2016), o Índice de IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, a tabela 1, aponta essa evolução nos dados regionais.

Tabela 1: Evolução dos Índices de desenvolvimento humano regional

Município	IDHM		
	1991	2000	2010
PITANGA	0,381	0,575	0,702
SANTA MARIA DO OESTE	0,282	0,475	0,609
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	0,208	0,515	0,655
NOVA TEBAS	0,280	0,535	0,651
MANOEL RIBAS	0,437	0,585	0,716
PALMITAL	0,316	0,509	0,639
MATO RICO	0,239	0,483	0,632

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Mesmo havendo uma expressiva melhora nos índices de desenvolvimento humano regional, para o PNUD considera-se um IDHM alto acima de 0,700, portanto, somente Pitanga e Manoel Ribas estão fora do grupo com IDHM médio, e ainda assim, esses dois passam com médias, com poucas margens acima do mínimo para ser considerado um IDHM alto. Na região todos os índices estão abaixo da média estadual, e a tendência é de isso piorar em um futuro próximo, isso devido os trilhos que a política estatal está seguindo.

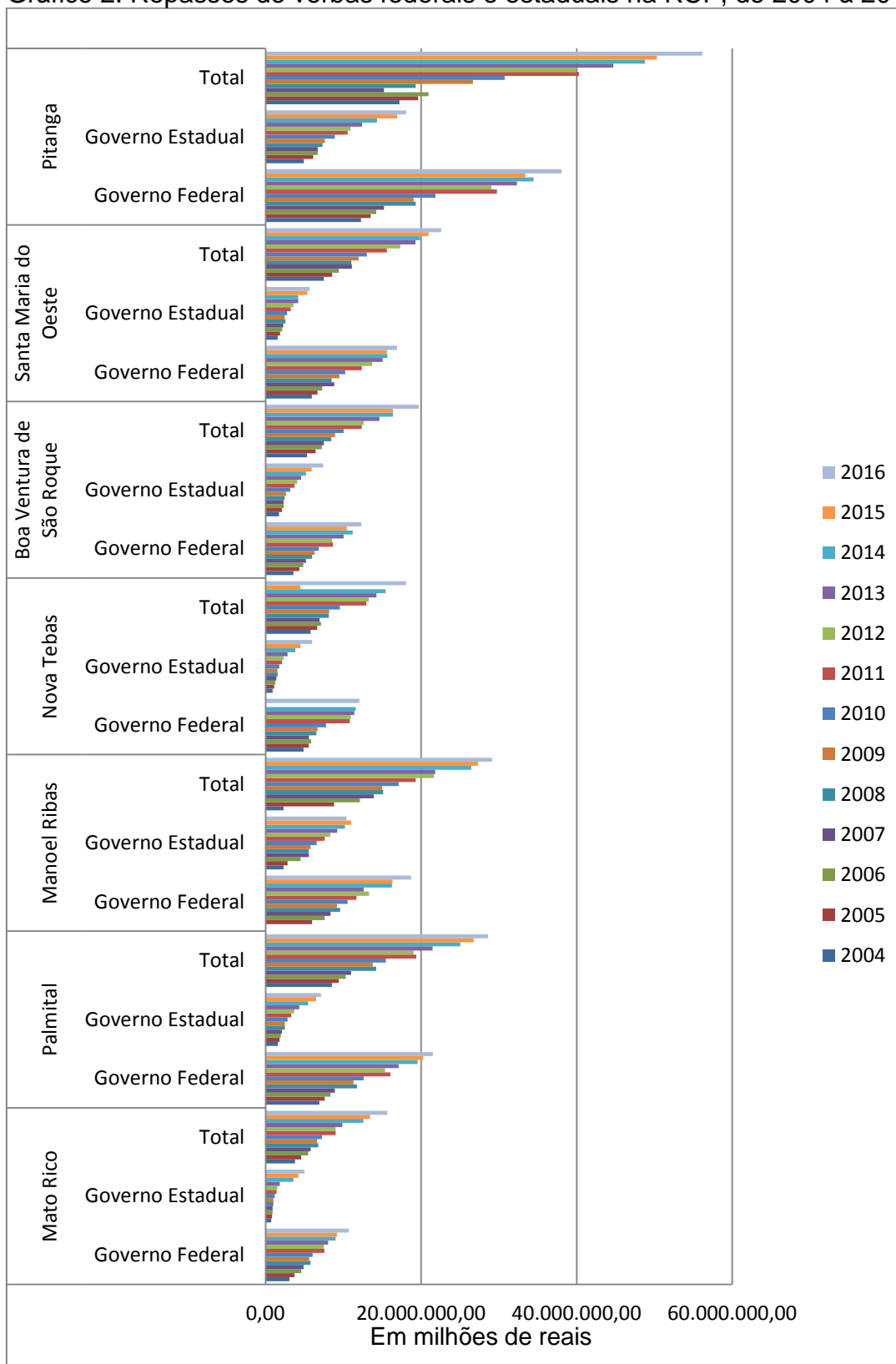
Assim ficando nítido, que os baixos índices de desenvolvimento humano regional, está diretamente ligado aos baixos investimentos na região, pois em ambos os elementos de análise, dependem de altos investimentos para gerar e mantê-los, pois por exemplo, em relação a longevidade, os investimentos em

hospitais e centros de atendimento de saúde, além de investimentos em redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, que evitam determinadas doenças, esse tipo de investimento faz com que menos pessoas adoçam, e, que as que fiquei doentes tenham mais possibilidades de cura.

Também, os investimentos em infraestruturas básicas, como rodovias e em comunicação, proporcionam mais facilidade para atrair investidores privados, assim, gerando empregos e aumentando a renda da população, o outro item de avaliação do IDHM que é a educação, também está diretamente associada as questões de investimentos, como na construção de instituições de ensino fundamental, médio e superior.

Essa melhora nos dados do IDHM, como já mencionado, está diretamente ligada aos investimentos que vem ocorrendo nos últimos anos na região, então, para melhor análise, optou-se por quantificar esses investimentos desde o ano de 2004, que é o que o portal da transparência disponibiliza, no gráfico 2, pode se observar a evolução do crescimento desses investimentos na região, esses investimentos vêm da esfera federal e da estadual, entretanto, a partir da segunda metade do ano de 2016, há o receio, com as políticas austeridades implantadas pelo presidente Michel Temer que esses investimentos diminuam, com a aprovação da Emenda Constitucional 95, de 2016, que limita por 20 anos os gastos públicos é certo que os investimentos terão na região terão uma grande diminuição, assim regredindo os índices sociais, ou seja, gerando ainda mais pobreza na região.

Gráfico 2: Repasses de verbas federais e estaduais na RCP, de 2004 à 2016.



Fonte: O autor, adaptado do Portal da transparência federal e do Portal da transparência do governo do estado do Paraná.

Esses investimentos certamente possibilitam a melhora na qualidade de vida, entretanto, é notório como ocorrem de forma acentuada em certos pontos do município e não em outros, não atinge o município como um todo, sendo que os recursos são investidos principalmente no perímetro urbano, e nesse, principalmente nos centros das cidades, deixando principalmente as regiões periféricas sem infraestruturas básicas.

Isso fica nítido nas entrevistas com os moradores locais, como pode ser observado nos trechos a seguir. A entrevistada 9 é natural de Nova Tebas e mora em Pitanga a 23 anos, atualmente ela diz ter 45 anos, e trabalha como diarista, ela fala que:

Pitanga melhorou, mas aqui no (Bairro) Campo Verde não vem nada, aqui é barro, nem cascalho vem, faz pouco tempo que chegou a luz, antes de vir para cá nós morávamos perto do (Bairro) São Basílio, daí a prefeitura nos trouxe pra cá e construiu essas casas, mas aqui é longe de tudo, mesmo que agora tá enchendo de barraco aí pra cima, ali, (apontando para o morro) é tudo barraco, tem casas que nem tem água e nem esgoto, a maioria das casas aí de cima joga o esgoto pra trás, acho que tudo cai no riozinho que tem pra trás do IFPR, na minha nora mesmo, a sujeira da pia vai pra rua. (Entrevistada 09)

O desenvolvimento regional ocorre, mas não de forma igualitária, e isso não ocorre apenas em níveis locais, esse processo ocorre desde a escala global, como afirma Santos (2015):

Sem dúvida, aquelas variáveis formadoras do espaço e suas combinações, as quais originam as diferenças entre lugares, são universalmente as mesmas. O problema é descobrir se estas combinações se manifestam espacialmente e se sua manifestação é a mesma no centro e na periferia do sistema mundial. Neste sentido, pelo menos três aspectos são essenciais: 1) aquelas forças que promovem a modernização e que operam no centro do sistema não alcançam a periferia ao mesmo tempo; existe um efeito decrescente definido da distância. Isto poderia explicar historicamente a acumulação do capital no sistema capitalista, as variações entre países e as desigualdades regionais dentro dos países; 2) alguns pontos no espaço são alcançados por novas forças, enquanto outros não recebem tais impactos. Sem dúvida, esses impactos não se dão ao acaso, sendo dirigidos do centro do sistema em termos de máxima produtividade. A história do espaço é assim de tipo seletiva; 3) as forças emitidas dos centros (polos) mudam à medida que alcançam a periferia. Ainda que se possa encontrar isomorfismo, o valor do fenômeno é diferente. (SANTOS, 2015, p. 166).

Santos, traz para a teoria essa questão apontada pela entrevistada, o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea, e nem mesmo dentro de uma cidade, os impactos do capital, tanto estatal quanto privado, não se distribuem de forma igualitária, assim a geração de infraestruturas, e as consequências dessas estruturas na melhoria da qualidade de vida não ocorre. Em certas ocasiões, como mencionado na entrevista acima, as contradições aparecem de forma nítida, como a presença de uma instituição de ensino de nível federal, com altos níveis de investimentos ser vizinho de tanta pobreza, e aqui fica um questionamento, será essa pobreza parte de um projeto regional?

Os níveis de pobreza regional são elevados, mesmo apresentando melhorias expressivas nas últimas décadas, mas ainda assim, os números de pessoas consideradas pobres e extremamente pobres na região é alarmante, como pode ser observado na tabela 2, segundo o IPEA (2016), são consideradas pobres as famílias com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00, e extremamente pobres, famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00.

Tabela 2: Índices de pobreza e de extrema pobreza na RCPR, 1991 à 2010.

Município	Índice de Pobreza %			Extremamente Pobres %		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
PITANGA	66,08	40,78	14,41	38,09	17,12	7,70
SANTA MARIA DO OESTE	83,53	54,62	28,21	51,10	28,87	13,56
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	74,48	48,93	24,01	41,07	21,37	12,20
NOVA TEBAS	71,90	49,86	22,41	43,80	28,17	13,6
MANOEL RIBAS	58,86	41,42	14,73	27,61	19,16	8,20
PALMITAL	75,53	47,21	22,48	51,12	26,17	11,07
MATO RICO	82,10	57,46	31,49	58,6	36,39	15,14

Fonte: O autor, adaptado do IBGE, 1991, 2000 e 2010.

Mesmo apresentando uma melhora expressiva na diminuição da pobreza regional, esses dados ainda assustam, o número de pessoas que estão na situação de pobreza foge da média estadual. E quando se pensa em pobreza logo remete-se a fome, a exploração, a negação histórica da existência dessas pessoas por parte da política estatal.

Durante os trabalhos de campos, ficou nítida a questão da pobreza no meio urbano, essas localizadas nas bordas das cidades, com locais com pouquíssimas infraestruturas, e quando há a presença destas, são de péssima qualidade, como pode ser visto nas figuras 8, 9 e 10 a seguir:

Figura 8: Periferia do município de Pitanga.



Fonte: Gonçalves, 2016.

Figura 9: Periferia do município de Pitanga.



Fonte: Gonçalves, 2016

Figura 10: Periferia do município de Pitanga.



Fonte: Gonçalves, 2016.

Na grande maioria, são casas de autoconstrução, localizadas em locais impróprios para moradia, apresentando riscos para os moradores, como em

locais com inclinação do terreno acentuados ou próximos de rios. Segundo a entrevistada 09, são casas construídas com madeiras doadas ou encontradas, na maior parte são construídas com madeira costaneiras⁶, assim apresentando aberturas nas paredes, por onde entram água da chuva e vento, e lembrando que é uma região localizada nos subtropicais, onde segundo o IBGE, apresentam médias anuais inferiores a 22°C, e no inverno comumente as temperaturas ficam negativas.

Da mesma forma os dados que refletem os níveis de escolaridade na região demonstram-se como baixas, para a elaboração destas tabelas e gráficos fez-se a separação, em uma tabela apresenta as taxas de analfabetismo na região desde o ano de 1991, posteriormente será apresentado um gráfico, um trazendo dados dos censos de 1991, 2000 e 2010, isso devido o fato do censo de 2010, poderá notar que variáveis mudaram no ano de 2010, pois antes disso realizava-se a contagem por anos de estudo, em nesse censo mudou-se para a contagem a partir de ciclos de estudo que uma pessoa possui. A tabela que trata sobre os níveis de analfabetismo trouxe dados de 1991 a 2010 pois a variável é a mesma, portanto pode ser empregada de forma unificada como pode ser observado na tabela número 3.

Tabela 3: Índice de analfabetismo na RCPR entre 1991 e 2010.

	Mato Rico	Palmital	Manoel Ribas	Nova Tebas	Boa V. S. Roque	Santa M. Oeste	Pitanga
1991	-	27,50%	23,30%	32,80%	-	-	21,50%
2000	19,40%	18,10%	16,20%	24,70%	13,80%	17,70%	13,60%
2010	19,20%	16,00%	13,30%	17,20%	12,80%	15,30%	9,90%

Fonte: O autor, adaptado de IBGE (2017).

Não se colocou os dados do ano de 1991 nos municípios de Mato Rico, Boa Ventura de São Roque e de Santa Maria do Oeste pois estes municípios ainda não tinham sido emancipados de Pitanga, portanto não ocorreu a contagem dos mesmos, a ausência de informações em outras tabelas e gráficos se justificam pelo mesmo fato.

Nota-se que ocorreu um decréscimo nos números de analfabetos da região, e isso está relacionado a diversos programas de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) que incluem alfabetização e ensino fundamental e médio, estes

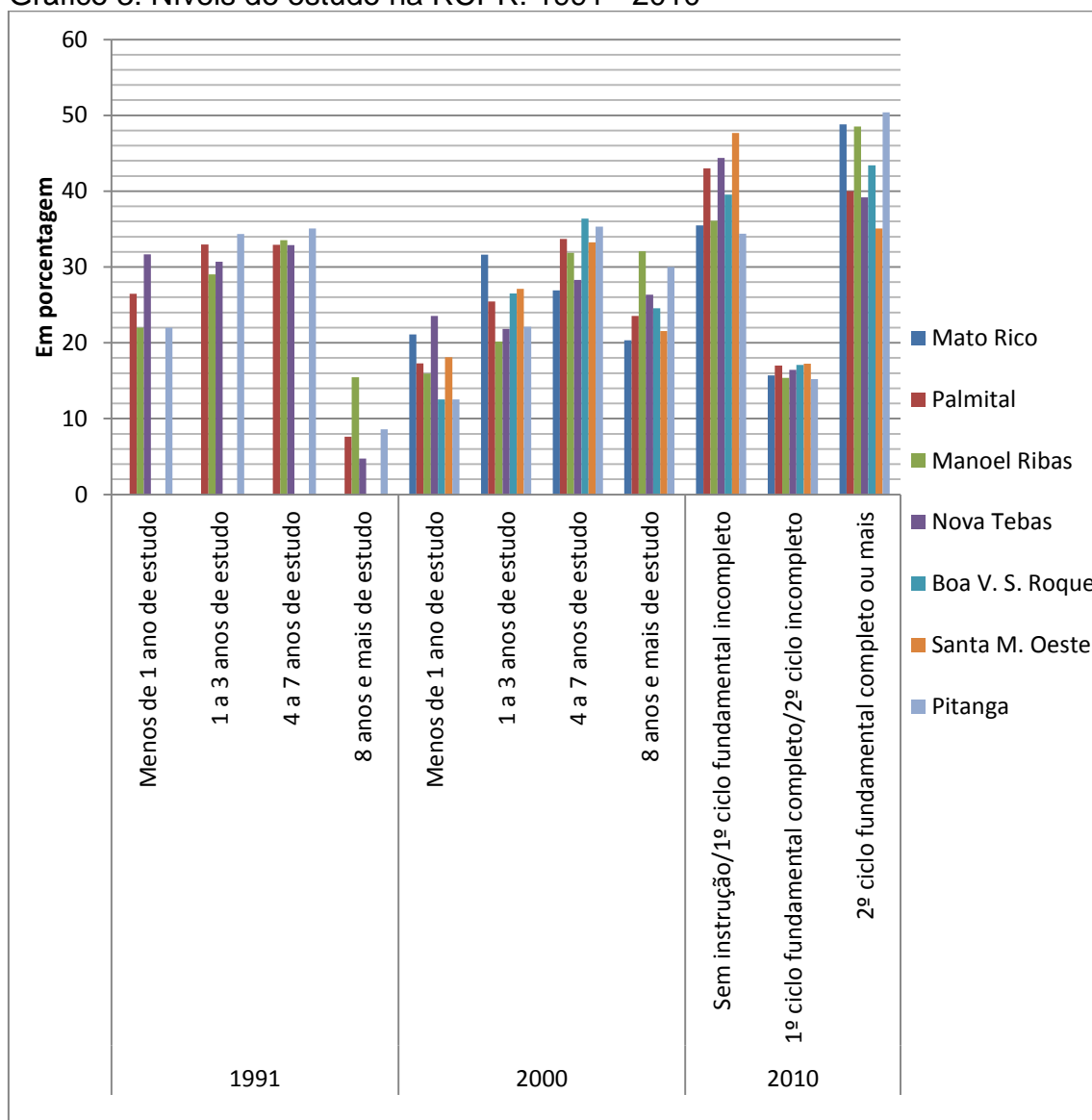
⁶ Madeira Costaneira é parte mais externa e curvilínea das árvores.

ligados principalmente a programas de nível estadual e federal, onde segundo o IBGE entre os anos de 2000 e 2010 no estado do Paraná 140 mil pessoas deixaram a situação de analfabetos. Assim mostrando que a região é extremamente dependente de políticas públicas.

Outros dados importantes na análise da região é o nível de instrução, para isso elaborou-se o gráfico 3, e para melhor compreensão e para que não ocorra erros de análise optou-se por manter as variáveis dos censos, sendo que nos censos de 1991 e 2000 mostra variáveis diferentes de 2010, o motivo para a separação e ausência de informações foi explicitado acima.

Níveis de estudo na RCPR: 1991 - 2010

Gráfico 3: Níveis de estudo na RCPR: 1991 - 2010



Fonte: O autor, adaptado de IBGE (2017)

Novamente é nítido que ocorreu melhoras significativas na região, mas mais visível ainda é a relação da baixa escolaridade com os níveis de pobreza, contrastando com o quadro de pobreza fica isso fica claro, abaixo está a tabela 4, que demonstra isso, mostrando a evolução na renda per capita por domicílio na região, onde mostra como os níveis de escolaridade acompanharam o aumento do nível de renda, e nos municípios com mais baixos índices de escolaridade são aqueles com mais baixos índices de pobreza.

Tabela 4: Renda Per Capta por municípios de 1991 a 2010.

	M. Rico	Palmital	M. Ribas	N. Tebas	B. V. S. Roque	Santa M. Oeste	Pitanga
1991	-	R\$ 116,60	R\$ 194,81	R\$ 91,77	-	-	R\$ 158,95
2000	R\$ 205,07	R\$ 284,98	R\$ 325,23	R\$ 249,79	R\$ 360,14	R\$ 194,09	R\$ 361,23
2010	R\$ 288,49	R\$ 445,83	R\$ 726,88	R\$ 406,14	R\$ 411,22	R\$ 331,15	R\$ 600,95

Fonte: O autor, adaptado de IBGE(2017).

Aqui cabe novamente a reflexão, essa pobreza regional, ligada ao processo de não desenvolvimento regional faz parte de um projeto? Será intencional esse não desenvolvimento destes municípios? Será parte de um projeto para conservar as classes dominantes da região? Pois bem, mostrou-se que com ampliação dos recursos em escala local e regional o processo de desenvolvimento iniciou-se na região, saindo de elevadas taxas de extrema pobreza e de todos os municípios estarem enquadrados no grupo de municípios que possuem baixos índices de desenvolvimento humano para atualmente dois destes já integrarem o grupo de municípios que possuem índices de desenvolvimento alto, entretanto ainda falta muito para que ocorra a melhora na qualidade de vida das pessoas que moram essa região, e que assim também estanque essa diminuição populacional observada nos municípios que integram o RCPR.

A pobreza regional também pode ser observada no número de famílias no programa do Cadastro Único, esse programa é um sistema para identificar as famílias de baixa renda, e as suscetíveis a pobreza, para que esses possam

ter acesso aos programas sociais do governo federal, esses números podem ser observados na tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Famílias no Cadastro Único e beneficiados pelo Bolsa Família no ano de 2016.

Município	Nº de famílias no Cadastro Único (2016)	Famílias que recebem Bolsa Família (2016) e % da população
PITANGA	5204	2698 - 26,92 %
SANTA MARIA DO OESTE	2258	1259 - 39,46 %
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	1182	571 - 30,72 %
NOVA TEBAS	1755	659 - 34,11 %
MANOEL RIBAS	2164	1197 - 30,22 %
PALMITAL	2564	1725 - 40,43 %
MATO RICO	821	486 - 43,43 %

Fonte: O autor, adaptado do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2016).

Esses dados, que além de mostrar a carência do povo dessa região, também é um indício de como os investimentos em questões sociais colaboram com a diminuição da pobreza, pois foi após inserção dessas políticas públicas, tais como a Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Fome Zero, que contribuíram em grande escala para a melhoria na qualidade de vida da população regional, pois antes destes a fome se alastrava pela região. Nesse momento, é válido atentar-se as palavras das entrevistadas 10, 11 e 12, a entrevista ocorreu na varanda da casa de uma das entrevistadas, na área rural do município de Santa Maria do Oeste. A entrevistada número 10 é agricultora, tem 51 anos, a entrevistada número 11 também é agricultora e tem 47 anos e a entrevistada número 12 tem 34 anos e se denomina como vendedora de perfumes, sendo que as duas primeiras são irmãs e a terceira é prima destas e mora na área urbana do mesmo município.

A entrevistada 10, traz um importante relato ao afirmar que:

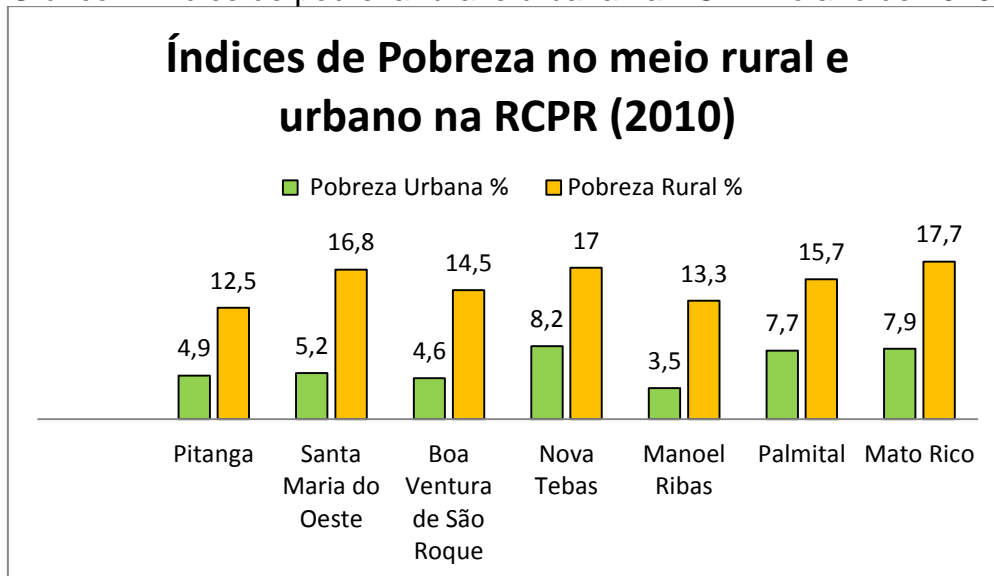
– Meu marido trabalha na roça e eu cuido da casa, da horta e dos bichos, mas não consigo ter renda, o nosso dinheiro vem do feijão e do milho que ele vende, e também do leite que eu e os piás vendemos pros vizinhos, mas ainda é pouco, dá pra comer e pagar as contínuas básicas, mas roupa e calçados, e as coisas pros piás eu compro com o dinheiro do bolsa família, eles tem vergonha disso, mas eu não, pois eu pago imposto também, é meu dinheiro que está voltando. (Entrevistada 10).

Assim, a entrevistada 11, também argumenta e afirma que – *aqui melhorou com o bolsa família, tinha gente que nem tinha o que comer*, após isso, elas comentam entre si de quando eram crianças e não tinham com o que se alimentar, que inclusive abandonaram os estudos devido a falta de uniforme e material escolar, além de constantemente faltar comida, então a entrevistada 11, fala uma das frases mais marcantes da conversa: – *Eu gostava de ir pra escola, lá tinha comida, tinha polenta, quirera, macarrão, só que era longe pra ir e não tinha ônibus igual agora.*

Com base nessas falas, fica nítida a importância desses programas sociais para a região, além da merenda escolar, pois em ambas as situações, são fontes de alimentos, vestimentas e de itens básicos para a vivência, além do fornecimento desses artigos, o programa Bolsa Família fortalece o comércio local, fazendo com que tenha mais dinheiro circulando, assim também gerando empregos e fortalecendo ainda mais o região, mais uma vez, é através de investimentos e intervenção pública que melhorou-se a qualidade de vida regional.

Ainda assim, os índices de pobreza na região são elevados, principalmente nas áreas rurais, onde os níveis de pobreza são alarmantes, e assim, nos remetendo a mais uma questão que motiva a pobreza regional: a concentração fundiária. Como fonte de comparação e demonstrativo, o gráfico 4, apresenta os níveis de pobreza em todos os municípios da região, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Gráfico 4: Índice de pobreza rural e urbana na RCPR no ano de 2010.



Fonte: O autor, adaptado do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (2010)

Toda essa pobreza está diretamente relacionada a estrutura agrária da região, essa demonstrando-se como concentrada, ou seja, muita terra nas mãos de poucas pessoas, ou seja, a distribuição fundiária está organizada de forma com que mantenha esses níveis de pobreza.

Novamente, aqui se remete as entrevistas, essa ocorreu com um aposentado, 77 anos, (entrevistado 13) e sua esposa (entrevistada 14), também aposentada e também com 77 anos, moradores de uma comunidade rural de Pitanga denominada de Cantu, em conversa o entrevistado 13 relatou que: “– Até da pra viver bem, mas porque eu planto e crio meus animais, porco, galinha, mas fora isso não dava, eu tomo remédio e ela também.”, no mesmo momento, a entrevistada 14 fala algo que demonstra uma das características marcantes do meio rural:

– Aqui é muito pequeno, o que plantamos e criamos não dá muita coisa não, porque aqui atrás mora mais três filhos meus, e eles comem da mesma carne que nós, hoje em dia eles que tocam o sítio porque estamos velhos, eles trabalham todos juntos, mas de vez em quando falta, antes morava mais um filho meu ali atrás, mas ele foi embora pra Santa Catarina com os filhos e mulher, o outro foi pra lá e voltou, mas é assim, não podemos abandonar nenhum. (Entrevistada 14).

E essa é uma condição que se observa em diversas propriedades rurais, principalmente nas menores, onde há várias famílias morando no mesmo

terreno, e assim como na cidade, as casas também não apresentam as melhores condições de moradia, como pode ser observado nas figuras 11 e 12 a seguir:

Figura 11: Moradias no meio rural do município de Pitanga.



Fonte: Gonçalves, 2016.

Figura 12: Moradia no meio rural de Pitanga.



Fonte: Gonçalves, 2016.

Como mencionado em praticamente todas as entrevistas, o que atenua a pobreza rural é a possibilidade de produção de alimentos para autoconsumo,

como pode ser observado na figura 15, entretanto, assim mesmo, ficou nítido nas entrevistas que isso não resolve os problemas, pois as propriedades menores não tem espaço suficiente para produção de alimentos que gerem excedentes para a comercialização, ou seja, a solução da pobreza rural está na reforma agrária, distribuindo melhor a terra entre os moradores rurais.

Atentando-se a estrutura agrária regional, pode se observar o quão grande é a concentração fundiária na região, e assim, também pode comparar que quanto mais concentrado é a estrutura, os níveis de pobreza rural são mais elevados, como no município de Mato Rico e de Nova Tebas, isso é evidenciado a seguir, na tabela 6.

Tabela 6: A estrutura fundiária da RCPR (2016)

Município	Até 10 há		10-25 há		25-50 há		50-100 há		100-250 ha		250-1000 há		mais 1000 ha		Total	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	área	Nº	Área	Nº	área	Nº	Área	Nº	área	Nº	área
Pitanga	2131	11397,47	2246	36868,40	1131	39622,99	522	36043,88	217	30097,44	109	35536,91	7	10464,80	6363	200.031,89
Santa Maria do Oeste	740	3537,27	949	15387,01	341	11926,85	207	14274,21	670	9137,35	43	15.148,49	5	11665,64	23520	81.076,8138
Boa Ventura de São Roque	574	3083,71	580	9794,53	252	8923,42	158	9502,02	54	7768,85	35	12279,91	2	4126,40	1470	53484,13
Nova Tebas	783	4742,12	587	9128,74	223	7941,85	104	7040,19	53	7500,93	46	17147,06	2	4038,80	1798	57539,70
Manoel Ribas	472	3000,61	867	14525,95	376	13288,02	120	8168,37	46	6478,44	35	12841,62	2	4355,70	1918	62658,71
Palmital	579	3210,18	885	15208,41	422	15226,43	250	16758,71	136	18612,82	83	31373,74	2	5633,90	2357	106024,19
Mato Rico	102	620,05	147	2467,00	110	3894,48	67	4916,61	23	2853,66	12	4044,44	1	1621,40	462	20417,64

Fonte: O autor, adaptado do INCRA, (2016)

Ao analisar os dados acima dispostos, vale ressaltar que 1 módulo fiscal na região equivale a 20 hectares, ou seja, para uma propriedade ser economicamente viável, necessita ter no mínimo 20 hectares, assim, ficando ainda mais claro que os motivos da pobreza rural é a concentração fundiária.

Não há como negar essa concentração, por exemplo: no município de Mato Rico, onde há apenas uma propriedade com mais de mil hectares, e que essa propriedade possui exatamente mil e um hectares a mais que todas as 102 propriedades que possuem menos de 10 hectares juntas. Mas além disso, deve-se analisar o meio desse quadro, pois isso demonstra ainda mais o quão concentrado é a estrutura fundiária da região.

Segundo a Lei 8.629, de 25 de janeiro de 1993, os imóveis rurais são classificados em: Pequena Propriedade o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais, e Média Propriedade o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. A lei não classifica as propriedades abaixo de um módulo fiscal e nem acima de 15 módulos fiscais, assim, pela lógica, as propriedades acima de 15 módulos fiscais são consideradas como grandes propriedades, e as menores como minifúndios.

Portanto, na região, os minifúndios possuem até 20 hectares, já as pequenas propriedades possuem entre 20 e 80 hectares, as médias possuem entre 80 e 300 hectares e acima disso são consideradas grandes propriedades, entretanto é difícil precisar o número exato de cada classe de propriedades rurais, pois a tabela que é disponibilizada pelo Incra e que faz a classificação das propriedades é muito abrangente, e não segue os mesmos padrões da lei na classificação da estrutura fundiária, mas mesmo assim, pode-se notar que a grande maioria das propriedades rurais classificam-se como minifúndios ou pequenas propriedades, pois considerando apenas no municípios de Pitanga, na classificação do Incra, do total de 6363 propriedades, 5508 propriedades estão entre minifúndios ou pequenas propriedades, e ainda não considerando o número de propriedades que estão classificadas pelo Incra na escala de 50 a 100 hectares, essa mesma característica é observada em toda a região. E aqui concorda-se com Prado Junior, ao afirmar que:

Os grandes proprietários e fazendeiros são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização de terra constitui um negócio como outro qualquer (...). Já para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 22).

E isso ficou fortemente nítido, principalmente nos trabalhos de campo, com as saídas de reconhecimento da região e com as entrevistas, para os pequenos agricultores a terra é o seu meio para sobreviver, e as possibilidades de adquirir mais terras são escassas, pelo menos para adquirir terras que possibilitem uma maior produção de bens agrícolas, na tabela 7, está o preço por hectares em todos os municípios, com o preço dependendo do tipo e condição do solo.

Tabela 7: O preço da terra na RCPR no ano de 2016.

Município	Tipo do solo	Mecanizada	Mecanizável	Não Mecanizável	Inaproveitáveis
Pitanga	Mista	24.600	21.700	11.400	4.500
Santa Maria do Oeste	Mista	22.200	17.900	11.000	4.400
Boa Ventura de São Roque	Mista	23.900	18.500	10.500	4.400
Nova Tebas	Mista	22.400	19.100	11.200	4.400
Manoel Ribas	Mista	23.800	20.500	11.400	4.500
Palmital	Mista	24.000	15.900	11.000	3.900
Mato Rico	Mista/Roxa	22.400 /24.900	18.900/20.000	11.200/13.400	4.500 /4.200

Fonte: O autor, adaptado de Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná. (2016)

Pensando em um caso hipotético, para que um agricultor tenha acesso a um módulo fiscal no município de Pitanga, em uma área mecanizável, ele teria que desembolsar um valor de R\$ 43.400, e, lembrando das condições de vidas que a grande maioria dos pequenos agricultores vivem, com uma taxa de 12,5% de pessoas pobres no meio rural, as possibilidades de se aumentar as terras são pequenas, por isso afirma-se novamente, as possibilidades do extermínio da pobreza no campo tem ligações intrínsecas com a reforma agrária, ao contrário, os índices que medem a pobreza dificilmente mudarão, e a desigualdade na região será mantida, pois mesmo com a melhora na qualidade de vida regional, e com a diminuição da pobreza o índice Gini da

região não apresentou melhora significativa como pode ser observado na tabela 8, lembrando que o índice GINI demonstra os níveis de desigualdade de uma localidade, e quanto mais próximo do 1 mais desigual, e quanto mais próximo do 0 mais igualitária é a sociedade.

Tabela 8: Índices GINI da RCPR, de 1991 à 2010.

Município	GINI		
	1991	2000	2010
PITANGA	0,72	0,63	0,52
SANTA MARIA DO OESTE	0,45	0,52	0,48
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	0,43	0,68	0,51
NOVA TEBAS	0,49	0,59	0,50
MANOEL RIBAS	0,61	0,59	0,59
PALMITAL	0,63	0,61	0,52
MATO RICO	0,47	0,61	0,46

Fonte: O autor, adaptado do IBGE,

As não mudanças nesse quadro é explicada pelo fato de que ao mesmo tempo em que houve a diminuição da pobreza, houve também o aumento da riqueza dos mais ricos, ou seja, ao mesmo tempo que a pobreza diminuiu, concentrou-se mais renda e mais terras. Vale lembrar que a região está sofrendo com um processo intenso de êxodo rural, ou seja, são menos pessoas no meio rural, assim, a tendência é a terra ficar nas mãos daqueles que tem condições de comprar as propriedades que ficaram para trás.

É comum ver apontamentos de que a pobreza regional está ligada a localização geográfica, pela distância com os grandes centros econômicos, entretanto, com os meios técnicos que se tem na atualidade, não faz sentido essa explicação simplória, o que realmente necessita para a diminuição da

pobreza regional são investimentos maciços em infraestrutura urbana e rural, além da reforma agrária.

Essa condição de pobreza que a região vive desperta diversos questionamentos, como: Por que os processos modernizadores e desenvolvimentistas que ocorreram no estado do Paraná não alcançaram a região? Esse não desenvolvimento é fruto de um projeto regional? A quem interessa a manutenção da pobreza regional?

Neil Smith, em seu livro *Desenvolvimento Desigual* traz apontamentos que remete a reflexões acerca desses questionamentos:

Inerente à produção global do espaço relativo está uma tendência para igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Esta aniquilação do espaço pelo tempo é o resultado final, ainda que nunca totalmente realizado, dessa tendência. Em constante oposição à tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização e a contradição resultante são os fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988, p.179).

Esse não desenvolvimento regional é isso, faz parte das contradições do capital, na visão capitalista é necessário que determinadas regiões não alcancem o desenvolvimento, isso é uma necessidade para a reprodução do capital, no caso da região, o capital agrário.

Hoje, a região Centro do Paraná vive de símbolos, às vezes, esses mascarados, que caem no cotidiano e não se percebe a significância desses signos para a construção regional, são aspectos e pontos que formam a opinião pública, que gera de forma inconsciente um panorama regional, mas essa formação muito bem-intencionada, esses signos estão presentes nas figuras 13 e 14 a seguir:

Figura 13: Vista panorâmica da cidade de Pitanga



Fonte: GONÇALVES, 2016.

Na escala dessa fotografia (Figura 13), quando se vê a cidade com seu grande e volumoso templo cristão dominando a paisagem, se esconde, no fetiche da própria imagem, que bem serviria para um cartão postal, os espaços de exclusão, os fundos de vales com os pobres que passam frio nas suas casinhas cheias de frestas, pois são erguidas com material de pouca densidade construtiva, numa das regiões mais frias e ao mesmo tempo mais pobres do Paraná. Essa figura, ainda, pela distância/escala, permite esconder os desacertos de uma típica urbanização de pouca infraestrutura, pouco investimento em saneamento, ruas sem calçamento e com exposição de esgotamento sanitário, insignificante acessibilidade, enchentes urbanas corriqueiras, que colocam em riscos permanentes a população. Mas, no segundo plano dessa figura é possível se verificar os fator principal que corroboram com os baixos índices de qualidade de vida dessa população – a terra concentrada e coberta por produção uniformizada de commodities.

Figura 14: Placa de apresentação da praça Largo dos Pioneiros.



Fonte: GONÇALVES, 2016.

Nota-se, na Figura 13, que a igreja Ucraniana está no ponto mais alto do perímetro urbano, demonstrando a força e o poder dos colonos europeus chegados em meados do século XX, e de como eles hoje controlam a região, até mesmo o único edifício da cidade não tem tanto destaque quanto a igreja, é o poder de quem e para quem hoje detém o domínio político e financeiro, sendo que são esses mesmos que geram esses signos, colocando nomes de ruas e praças, como é o caso da praça Largo dos Pioneiros, uma clara homenagem aos europeus que vieram para a região, nesse quadro, algo a mais traz inquietações, são as rodas, o símbolo maior da civilização europeia, que chegou e varreu os povos indígenas e caboclos que habitavam essa região, esses que hoje, são a grande maioria daqueles números que refletem a pobreza regional, mas que por contradição, há ainda os colonos, os descendentes de imigrantes europeus que também acrescentam esses dados da pobreza, pois num território de concentração de terras nas mãos de um pequeno grupo, milhares de descendentes de caboclos e colonos europeus, estão excluídos do acesso à terra, que lhes seria uma forma de gerar trabalho e renda.



Comício em Pitanga, entre os anos de 1950/60.
Fonte: Câmara dos Vereadores, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

COMARCA
 Comarca
 palavra
 com marca
 com marca
 de arca
 de arca monarca
 parece
 ranger nos gonzos
 de tão antiquária

(Barthelmess, 1990, p. 151)

As imagens que abriram os capítulos dessa dissertação demonstram, sobretudo, o processo de formação sócio-espacial de Pitanga e aquela que se chamou de Região Centro do Paraná, a partir da colonização oficial, onde o elemento indígena e caboclo, aparecem, sutilmente, como algo exótico, pois essa é a tônica da realidade da organização espacial regional pós-ocupação por colonos advindos de outras regiões geográficas – ou seja, o fortalecimento dos feitos civilizatórios desses colonos e a invisibilidade do mundo caboclo e indígena na região. As imagens de abertura de capítulos não são discutidas, pois se acredita não haver necessidade, porque cada uma conta um pouquinho daquilo que se tratou nesse trabalho, ou seja, a obliteração indígena e cabocla nesse processo secular de ocupação, assim como o silêncio dos vencidos, neste caso, cabolcos e indígenas são os vencidos nesse processo histórico, geográfico cultural, numa relação espaço e tempo, determinadora que os vencedores e donos dos meios de produção e da terra, são os donos da verdade sobre os massacres registrados nesses períodos históricos.

Ao se analisar esta região, demonstra-se como complexas e diversas são as questões postas sobre aquela região/território, isso, principalmente, devido a essa região ter poucos trabalhos científicos que desbravam a história de domínio de suas terras, sendo a história local contada apenas por meio do senso comum, dos vencedores e dos oficialistas.

O senso comum que apontava, e ainda hoje aponta, essa região como sendo vazia no passado, antes dos colonos chegarem; mas sabe-se que isso não é fruto da ignorância popular, existia um projeto para aquelas terras, e que

precisaria ignorar o passado de povos milenares que habitavam tal região, fato que aconteceu e vem até os dias atuais, pois há muitas, a maioria da população, que ainda vê a região dessa maneira.

Estas terras há milhares de anos são territórios indígenas, e há alguns séculos, são territórios caboclos, esses últimos, fruto da mestiçagem entre os indígenas, os espanhóis, portugueses e os africanos que passaram e aportaram nos caminhos que levavam à Serra da Pitanga. A descoberta de um mundo caboclo impregnado na região da Serra, e, mesmo na Região Centro do Paraná, ajudou no preenchimento de uma enorme lacuna nos estudos da Geografia Regional paranaense, pois dão resposta para o questionamento de muitas famílias que não se enquadram entre os indígenas e menos ainda entre os ditos colonos pioneiros, são, estes na realidade, descendentes dos caboclos que estão na gênese da formação sócio-espacial regional – em suma, uma parcela consideravelmente grande dos habitantes da região pesquisada, são caboclos e caboclas.

A população cabocla tem sua gênese e se expande, começando com poucas dezenas de homens deixados pelo espanhol Cabeza de Vaca, posteriormente o governo espanhol decide criar as reduções Jesuíticas, implantando duas na Região Centro do Paraná, aprofundando, dessa forma, contato entre os espanhóis e os indígenas, que, evidentemente, serão levados para as reduções, dessa maneira, se tem a ampliação e expansão de toda uma população cabocla pelo sertão do Paraná. A história oficial aponta que toda a população de europeus e seus descendentes teriam sido dizimadas ou obrigados a migração forçada imposta pelos Bandeirantes, entretanto, acredita-se que seria praticamente impossível isso ter ocorrido em tão vasto espaço geográfico – ou seja, os sertões do Centro-Sul do Brasil eram perfeitos para que uma considerável parcela da população se mantivesse nestes lugares. Assim, como nas histórias dos grandes conflitos, não há como exterminar uma toda uma população, ou promover o deslocamento completo de um povo, pelo simples fato de sempre haver resistências humanas. Prova cabal da permanência dessa população cabocla pelo sertão, se dá na firmação dos acordos de fronteiras, que se estendem até o final do século XIX, quando a existência de caboclos brasileiros e falando a língua portuguesa, são prova arbitral para a manutenção do território que viria a ser o nacional.

Todo e qualquer território se constitui por meio de projetos pré-estabelecidos por aqueles que lhe territorializarão, as coisificações sobre um território não acontecem pelo acaso, bem ao contrário disto. Nenhuma região é colonizada sem um projeto que anteceda os interesses e que se saiba da existências de recursos disponíveis, e isso ocorreu no caso da Região Centro do Paraná pesquisada, pois buscava-se integrar essa região aos meios econômicos estaduais/nacionais já existentes.

Essa região possui, ainda hoje, solos ricos em qualidade, que apresentam boa produtividade agrícola, mas naquele período histórico, ou seja, o da colonização oficial, possuía grandes florestas com madeira de lei, sendo esse o principal trunfo do poder registrado na historiografia sobre aquele período da primeira metade do século XX, cujos objetivos centrais, eram o de lucrar com os meios naturais regionais e ao mesmo tempo apropriar-se daquelas terras para utilização pós descobertura florestal.

Tais trunfos sobre a terra e o território seguem até os dias atuais, pois são os descendentes dos colonos pioneiros que possuem as grandes propriedades agrícolas, ou seja, ainda hoje a elite lucra a partir das terras e poderes que adquiriram no processo de colonização, formação espacial e, evidente, estando no coração da formação sócio-espacial estabelecida a menos de cem anos. Na contrapartida, desse processo histórico de concentração de riquezas e poderes nas mãos de uma pequena elite local/regional, há toda uma parcela da população vivendo à margem do processo, muitos dos quais, descendentes dos caboclos originários, esses últimos, integram os índices de pobreza regional, constantes das análises estatísticas dessa pesquisa. Na excepcional, afinal, a região foi embebecida pela lógica capitalista de acumulação, onde poucos tiveram acesso aos bens de consumo e, mesmo, às terras regionais, fatores estes que justificam e estabelecem todas as desigualdades sociais contida na Região Centro do Paraná – fazendo dela, um bolsão de miséria em terras paranaenses, como que uma herança maldita sobre a vida de milhares de pessoas.

E essa é a principal característica da região, um seja, uma região marcada profundamente pela desigualdade social, onde a principal causa disso é a concentração fundiária histórica, onde poucas famílias detem a maior parte das terras da região e, coincidentemente, as terras que foram vendidas para

centenas de pequenos agricultores, são terras com solos de baixa qualidade e/ou impróprios para a produção agrícola mecanizada ou menos manual em alguns casos.

Essas características regionais perduram desde a chegada dos colonos e a tomadas das terras por esse grupo, mas sobretudo pelos que chegaram com algum capital para se apropriar delas, mas hoje é uma região pouco lembrada pelo estado, isso fica notório por meio de uma das suas características mais peculiares - a pobreza e desigualdade, que são fruto dessa história de concentração e, também, dos baixos investimentos de capital na região, pois a infraestrutura ainda é muito inferior se comparada com outras regiões paranaenses.

Porém, nos últimos anos, a região apresentou algumas pequenas mudanças, mas significativas. O número de pessoas abaixo da linha da pobreza caiu, os Índices de Desenvolvimento Humano melhoraram, isso está ligado ao aumento de políticas públicas, sobretudo as federais, com escolas técnicas, melhorias de algumas estradas e, inquestionavelmente, o Bolsa Família, que ao atender milhares de famílias carentes, fez melhorar alguns índices sociais.

Entretanto, ao mesmo tempo em que houve a melhoria na qualidade de vida regional, os índices que medem a desigualdade da região não apresentaram considerável melhoria, conforme se verificou nas pesquisas com dados estaduais e federais – isso se comprova por meio do aprofundamento da concentração fundiária regional, onde as famílias mais pobres migram para o meio urbano e vendem suas pequenas propriedades de terras para os latifundiários. Enquanto análise final, esses fatos se caracterizam como permanências socioeconômicas regionais, ou seja, desde a ocupação efetiva das terras, as mesmas veem se concentrando nas mãos de um pequeno grupo.

Por fim, a Região Centro do Paraná é conhecida como um bolsão da pobreza do estado do Paraná e, de fato é esse dito bolsão, as pesquisas e os dados coletados corroboram com isso, entretanto, melhoras significativas vinham ocorrendo por meio de políticas públicas federais de cunho social, mas que, de certa forma, começaram a ser desmontadas com a imposição de um governo ilegítimo no governo da Federação. Desta feita, o futuro de tais

políticas públicas para as regiões mais pobres e subdesenvolvidas do País são uma incógnita.

Se existir vontade política em escalas locais e regionais, é possível mitigar parte dos problemas regionais, isso por meio de investimentos em políticas públicas de geração de renda, trabalho e riqueza na perspectiva do desenvolvimento regional local (e regional), além, é claro, de uma reforma agrária, urgente, na Região Centro do Paraná, pois, inquestionavelmente, os problemas da terra se avolumam, sobretudo, desde a década de 1920, desde a Chacina de Pitanga, a Chacina dos Kaingang, a Chacina diária daqueles que vivem nos espaços de exclusões espalhados pelo grande centro da pobreza do Paraná, uma região que vive, ainda hoje, entre as permanências do passado e as pequenas mudanças do presente.

5. Referências

BARTHELMESS, Arthur, **Ivahy**: Saga e Lenda, Vida e Lida, Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1990.

BRASIL. **Lei 8.629**, de 25 de janeiro de 1993. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm acesso em 12 de setembro de 2016.

BRASIL, **Portal da Transparência**, disponível em:
<http://www.portaldatransparencia.gov.br/portalttransparenciaprincipal2.asp#>

BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI) **Distribuição Geográfica das Reservas Indígenas**. Disponível em < www.funai.gov.br> Acesso em 23 de agosto de 2015.

BUSS, Paulo Marchiori, **Cadernos da Oficina Social**, Rio de Janeiro: Oficina Social, 2000.

BIRMBAUM, P. Conflitos. *In*: BOUDON. R. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Naufraio y Comentarios**: Con de Cartas. Madri: Calpes, 1920.

CARDOZO, Ramon. **La antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espiritu Santo**. Buenos Aires: Librería y Casa Editora. 19

CHMYZ, Igor. **Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real de Guairá**. Cadernos de Arqueologia, MAAP-UFPR, Paranaguá. Vol.1, p. 7-103, 1976.

CALABI, D., INDOVINA, F. **Sobre o uso capitalista do território**. Revista do Departamento de Geografia da USP. N. 9, 1992, p. 57-66.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

CORRÊA, R. L. **Região**: a tradição geográfica. *In*: Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2000.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2003.

COSER, L. **Ideologia e Conflito**. *In*. BIRMBAUM, P., CHAZEL. F., Teoria Sociológica. São Paulo: Hucitec. 1977.

DATASUS, **Demográficas e Socioeconômicas**, disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/demograficas-e-socioeconomicas> Acesso em 16 de novembro de 2016.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

EURICH, Grazieli. **O índio no banco dos réus**: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na Vila Pitanga (1923). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FAJARDO, S. **Territorialidades Corporativas do Rural Paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

FAVARO, Jorge Luiz, **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro– Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FRAGA, Nilson. **Mudanças e Permanências na rede viária do Contestado**: Um abordagem acerca da formação territorial do Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBART, R, **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2004.

HAESBART, R. **Territórios e multiterritorialidades**: um debate. GEOgraphia n.17. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2007

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M; SPOSITO, E. (Org). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAURESKO, Cecília. **O estabelecimento de colonos no estado do Paraná e os fatores limitantes ao desenvolvimento das colônias agrícolas**. *In*: VESTENA; NOBOKUNI; SILVA; LOPES (Orgs). Saberes Geográficos: Teorias e Aplicações. Guarapuava: Unicentro, 2009.

IBGE, **Censo demográfico 2010**, disponível em: censo2010.ibge.gov.br/nomes Acesso em 12 de outubro de 2016.

INCRA, **Informações sobre a Estrutura Agrária do estado do Paraná**, Disponibilizada por e-mail, mensagem recebida em 13 de junho de 2016.

IPEA. **Dados do Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**, Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 04 de outubro de 2016.

IURKIV, J. E. **A Revolta do Tigre (1955) Posseiros, proprietários e Grileiros: uma luta de representação**. 120 p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

LENCIONE, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 2014.

PARANÁ, **Portal da Transparência**, disponível em: <http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/home?windowId=b38>

PAULA, Adriano Makux, **Faces da expropriação e da desterritorialização camponesa em Pitanga- PR**, Dissertação (Mestrado em Geografia). Setor das Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015.

PRADO JUNIOR, Caio, **A revolução brasileira: a questão agrária no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista**. São Paulo: Ebook, 2001.

POUTTIGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Frederick Barth. São Paulo: Unesp, 1998.

PNUD, **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**, disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em 19 de outubro de 2016.

MORAES, Antônio. Carlos. Robert.; COSTA, Wanderlei. Messias. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá, EDUEM, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Eder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí PR: história e relações interculturais**. 1. Ed. Maringá: EDUEM, 2008.

PARALLADA, Cláudia Inês. Um tesouro Herdado: **Vestígios Arqueológicos da Cidade Colonial de Villa Rica Del Espiritu Santo/Fênix- PR**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

_____. Arqueologia das fortificações no Paraná. In: LINO, J.F. & FUNARI, P.P.A. (org.). **Arqueologia da guerra e do conflito**. Erechim: Editora Habilis, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROMERO, Sylvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: B.L. Editora Garnier, 1888, 1ª ed, 2v.

SANTOS, L. B. **Nas trilhas da política ambiental: conflitos e agendas**. São Paulo: Annablume, 2012.

SANTOS, L. B. O conflito Social Como Ferramenta Teórica Para Interpretação Histórica e Sociológica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. v. 9, n. 2, Belém p. 541-553, 2014

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade: Ensaio**, Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SANTOS, Milton. **Geografia, marxismo e subdesenvolvimento**. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 166 - 172, 2015.

SCHWENGBER, Valdir Luiz; NOVASCO, Raul Viana. **Arqueologia no Vale do Pitanga: Resgate arqueológico e educação patrimonial nas imediações da área de implementação da PCH Itaguaçu**. Tubarão: Copiart, 2011.

SCHÜLER SOBRINHO, Octacílio. **Taipas: A origem do homem do contestado o Caboclo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

Secretaria da agricultura do estado do Paraná, **O preço médio da terra no estado do Paraná**, disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/terras_pdf_publicacao.pdf

SEYFERTH, Giralda. **Identidade Camponesa e Identidade Étnica: Um estudo de caso**. Anuário Antropológico número. 91: Rio de Janeiro: 1993

SEN, Amartya, **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. **Sobre Política, Eleição e Poder: exemplos de Guarapuava-PR**. In: VESTENA, L. R.; NOBUKUNI, P. et al. (Org.). **Saberes Geográficos: Teorias e aplicações**. Guarapuava, Unicentro, 2009, p. 203-220.

SILVA, M. J. D. O Conflito Social e Suas Mutações na Teoria Sociológica, **Qualit@s Revista eletrônica**. V.1 n. 2. Campina Grande, 2011.

SOUZA. M. L. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET. M. A.,

SPOSITO, E. S. (org). Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. Editora Expressão Popular, São Paulo. 2009

SOUZA, M. L. **Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos** – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SPOSITO, Eliseu. Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NEVES, José. Luiz. **Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisa de Administração. V.1. N. 3. 1993, p. 1 – 10.

Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. **Boletim ministério do desenvolvimento social de combate a fome.** Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 23 de outubro de 2016.